

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 4

Abril de 1917

Ano LXIX

Director, proprietario e editor — Empreza da *Revista Militar*

Composição e impressão na TIPOGRAFIA UNIVERSAL

pertencente a *Coelho da Cunha Brito & C.ª* — Rua do Diario de Noticias, 110 — Lisboa

CRÓNICA DO EXERCITO ESPANHOL

I — Contingente de 1916 e efectivo do exercito permanente para 1917

Pelo decreto de 1 de outubro p. p., fôra fixado o contingente a encorporar em 65:000 homens, mas por um outro decreto posterior (de 21 de dezembro) foi aquele contingente reduzido a 40:000 homens.

Considerações de ordem economica, levaram o governo espanhol a fazer uma redução de 25:000 homens, o que é aliás importante, e manifesta, especialmente no momento actual, que o país vizinho atravessa tambem dificuldades grandes de ordem financeira, e ainda porque é intensão do governo fazer regressar á Peninsula as tropas pertencentes ás unidades tendo aqui guarnição, organizando um quadro de tropas de Africa. Tais são os motivos justificativos do ultimo decreto.

Os distritos de Madrid e Barcelona, são os que fornecem uma maior quota para o contingente. Madrid, dá 778, dos 2:192 que haviam sido apurados, ficando assim 1:414 para a segunda parte do contingente, isto é, este numero é o que terá de receber uma instrução militar reduzida.

Os distritos de Barcelona fornecem 987, tendo sido apurados 2:825, e por isso a segunda parte do contingente será de 1:838.

Em todo o país tinham sido apurados nas inspecções 107:770 homens. Resulta, pois, que este ano a segunda porção do contingente terá 67:770 mancebos.

Como determina o art. 261.º da atual lei de recrutamento,

estes mancebos devem receber durante dois meses, uma instrução intensa, periodo que é reduzido de 20 a 40 dias, para os que já tenham recebido a instrução militar preparatoria, ou provem ter determinados conhecimentos literarios.

Ainda ha pouco tinha sido chamada a receber esta instrução a parte do contingente de 1915. A porção do contingente de 1916, terá este ano dificuldade em ser toda convocada, não só por deficiencia de quadros, mas como medida economica, visto que só para fardamento são destinados 750 centavos por praça, o que representava uma despeza de perto de 52:000 escudos só para fardamento.

—A *força permanente* do exercito para 1917, foi fixada em 128:358 homens, não incluindo as praças do corpo de invalidos e as que fazem parte da penitenciaria militar de Mahon. O ministro da guerra ficou, porém, autorizado a aumentar o efectivo nas fileiras, quando o julgue necessario, comtanto que tenha licenceadas durante um certo periodo o numero de praças necessarias para que o efectivo orçamental médio não seja excedido.

II—Orçamento geral do estado para 1917 e o orçamento extraordinario do ministerio da guerra. As despezas com Marrocos

—O Congresso fixou este ano o orçamento geral do estado em 1:281 milhões de pesetas de *receitas*, e em 1:494 milhões as *despezas*.

O *deficit* é portanto, de 413 milhões de pesetas.

—O orçamento extraordinario do ministerio da guerra, apresentado ás camaras, elevou-se este ano á importancia de 50.347:640 pesetas, decompondo-se nas seguintes verbas:

Para material de artilharia	21.191:000	pesetas
Para serviços de engenharia	21.513:000	"
Para material a fornecer aos corpos	476:000	"
Para material de subsistencias	1.600:000	"
Para serviço de aquartelamento	1.200:000	"
Transporte	0.000:000	"

A transportar	0.000:000	pesetas
Para serviço de acampamento.	1.792:600	"
Para serviço dos hospitais.	442:000	"
Para serviço de material sanitario.	1.775:000	"
Para direitos e despesas com pro- priedades do estado	358:040	"
Total.	50.347:640	"

Esta verba é considerada uma insignificancia em relação com as necessidades do exercito, especialmente no que diz respeito a material e a quartéis.

A maior parte dos quartéis são velhos edificios sem capacidade para receber os efectivos normais de pé de paz, e sem condições higienicas.

Para as despesas com Marrocos, foram consignados 7 milhões de pesetas. Não são só as operações e o numeroso pessoal civil e militar que acarretam despesas enormes, são também, como consequencia dessas operações, as promoções extraordinarias e as pensões inerentes a diversas condecorações concedidas a officiais.

Ainda ha pouco, por proposta do general comandante em chefe do exercito de Africa, e mediante a aprovação do Conselho de ministros, foram concedidas recompensas a 793 officiais! Alguns tiveram promoção ao posto immediato, outros, e em grande numero, receberam condecorações de diversas ordens, pensionadas. Tudo isto constitui um enorme encargo que vem agravar o orçamento do ministerio da guerra. Todos reconhecem a necessidade de economias, mas ninguem ousa fazê-las, especialmente neste momento em que a vida encareceu de uma maneira assustadora.

III — O projeto de reorganização do exercito apresentado ao parlamento

É sabido que o atual ministro da guerra, general Luque, criando a *Junta de Defesa Nacional*, incumbiu-a desde logo de estabelecer as *bases* de uma organização do exercito, bases que foram depois enviadas ao *Estado Maior Central*, que, cingindo-se a elas, apresentou ao ministro um projeto completo.

O mesmo ministro, querendo que esse projeto fôsse largamente conhecido e estudado pelos representantes da Nação, mandou publica-lo em folheto e distribui-lo para que fôsse conscientemente discutido no parlamento. Mostrou o ministro da guerra com esta maneira de proceder, a maior isenção, declarando, com toda a razão, que a reorganização do exercito, interessando á defeza do país, não podia ser a obra de um governo, nem de um partido, que era uma questão aberta, que os tecnicos e os parlamentares poderiam, sem pressões governamentais, discutir, corrigir e alterar.

Esta maneira de proceder está em perfeita harmonia com os principios do partido liberal, de que é chefe o conde de Romanones.

A organização tem por fim remodelar certos serviços, fazer economias profundas, principalmente no pessoal, para assim se obter o material indispensavel para uma mobilização.

A redução de quadros, é porém, um fantasma terrível que apavora os officiais, por isso que a lentidão que já existe nas promoções, e por outro lado a carestia da vida no momento atual, vem produzir um agravamento da crise.

Ouve-se já o clamor — porque é o exercito o sacrificado?

Porque não se fazem economias nos outros ministerios, e antes, pelo contrario, se criam logares muito bem remunerados?

Mas, fazer economias sem reduções, é quasi um impossivel.

O general Luque, começou já a reduzir o quadro do generalato. Agora, vai reduzir ao minimo as tropas da peninsula destacadas em Marrocos.

Pela nova organização, o exercito da peninsula terá um efectivo de 115:000 homens, pouco mais ou menos, e o da Africa 68:000 homens, dando isto logar a uma economia de 61 milhões de pesetas em relação ás despezas atuais ¹.

Para o exercito de Africa, propõe-se a supressão dos *quarteis generais*, a organização de *colunas mixtas*, o recrutamento voluntario e a organização de uma legião estrangeira.

¹ Estas economias são feitas principalmente á custa de uma grande redução nos quadros de officiais, que será de 146 coroneis, 303 tenentes-coroneis, 568 comandantes (majores) e 1:741 capitães, e que irão sendo amortizados pouco a pouco.

—As Baleares e Canarias terão também guarnições especiais.

— Conserva-se a mesma divisão territorial, em 8 regiões, mas é alterada a composição de cada região de modo que em cada uma a população seja quasi equivalente.

Todas as forças militares do país, formam três escalões: tropas de 1.^a linha, tropas de 2.^a linha e tropas territoriais.

O projeto de reorganização foi apresentado ao senado no dia 28 de setembro pelo general Luque, que nessa ocasião pronunciou um brilhante discurso, fazendo uma exposição clara e sincera da situação em que se encontrava o exercito, fazendo ao mesmo tempo uma resenha da evolução por que tem passado e das tentativas feitas por alguns ministros para dar remedio a tantos males de que enferma o organismo militar da Espanha. «A minha aspiração, declarou o ministro da guerra, é realizar uma obra verdadeiramente nacional, em que todos cooperem».

Entre as varias causas que o ministro apontou como efficientes do descalabro a que chegou o exercito, sobressai o sistema de recompensas com que se galardoavam os *pronunciamientos*, dando lugar a um numero consideravel de officiais improvisados, sem terem passado pelas academias.

Fôra o exercito que restaurára em Sagunto o que derribára em Alcolea. Fôra a enorme massa de officiais, produto das intestinas revoluções, que levou Martinez Campos a aumentar consideravelmente os quadros organicos para dar colocação a tantos officiais, chefes e generais, que morriam de fome, porque só tinham metade do soldo. O país não podia, porém, com despesas tão consideraveis e forçoso se tornou reduzir essas despesas. A tal objectivo, vizaram as reformas dos ministros Cassola, López Dominguez e Ascárraga; mas, quando as cousas pareciam entrar em bom caminho, surgem as revoluções de Cuba e Filipinas. O imperio colonial desaba, e três exercitos (de Cuba, das Filipinas e de Porto Rico) veem integrar-se no exercito da Peninsula, e uma nova plethora de officiais vem encher os quadros, paralizar as promoções e agravar o orçamento.

Em seguida, o ministro da guerra passa em revista os trabalhos realizados pelos ministros Polavieja, Azcárraga, Linares, Weyler e por ele proprio em 1911, pondo em evidencia

os esforços mais ou menos felizes que todos teem feito para dar ao exercito uma sólida e moderna organização.

Propunha o general Luque que as forças militares de 1.^a linha constituíssem 10 divisões activas e 8 só com os quadros e 8 mais de reserva, tendo cada divisão um efectivo organico de 16 a 17:000 homens, não excedendo porém 6 a 7:000 no tempo de paz. As despesas orçamentais calculava-as em 267 milhões de pesetas (computando a despesa de cada divisão no pé de páz em 8 milhões de pesetas).

As despesas com a aquisição de material teem de ser consideraveis, porque ao exercito muito falta, e a guerra toma hoje um character industrial que exige grandes sacrificios.

—Para o *serviço de aviação* calcula o general Luque que desde já se deve ter 200 aparelhos, cuja importancia deve orçar por 20 milhões de pesetas. Ainda julga indispensavel que sejam construidos quartéis novos e sejam remodelados os existentes.

—Tratando dos sistemas de promoção, o general Luque mostrou-se partidario da promoção por *escolha*, mas não julgando o exercito espanhol ainda em estado de adotar tal sistema, prefere que se adote a *seleção*, até que se possa aplicar a *escolha*. Comtudo julga indispensavel que desde já se aplique a promoção por escolha aos coroneis no ascenso a general.

*

* * *

Da discussão havida no Senado resultaram varias modificações que foram introduzidas pela propria comissão parlamentar. Assim, em vez de 18 divisões (10 activas e 8 em quadros), passa a haver 20 (10 activas e 10 em quadros). Este aumento foi incidir na 1.^a e 6.^a regiões, que no projecto tinham 2 divisões activas e 1 em quadros, mas que deverão ficar com 2 activas e 2 em quadros.

Esta alteração influiu tambem no numero de regimentos de infantaria, que sofreu um aumento de 8 regimentos em quadros, ficando pois com 40 regimentos activos e igual numero em quadros.

Tambem são conservados 6 batalhões de caçadores de montanha.

—O projecto sofre uma grande remodelação na parte que diz respeito ao *serviço aeronautico*, que passa a ser dividido em tres secções: de aerostação, de aviação, e de material aeronautico.

Propõe-se que desde já sejam adquiridos 300 aeroplanos, devendo em curto praso haver 1:000 de campanha e 100 para a instrução nos aerodromos, creando-se 3 bases aereas, em Madrid, na linha do Ebro e na Andaluzia, além de outros aerodromos secundarios.

Devem ser organisadas 3 escolas aeronauticas: uma para officiais pilotos, outra para praças de pré e civis, e ontra para observadores.

Na *aerostação* as unidades taticas serão a secção, a companhia de globos cativos e a esquadra de dirigiveis; na *aviação*, —a secção, a esquadilha, o grupo de bombardeamento e a esquadra de combate, havendo uma esquadilha por cada divisão.

Os serviços de aerostação serão de exercito ou de grupos de exercitos.

—A organização das *reservas* tal como vinha no projecto é conservada provisoriamente até que fiquem constituídas 20 divisões de reserva, analogas ás do activo.

—O *exercito territo ial* deverá ser constituído com 20 brigadas mixtas, devendo-se-lhe integrar a Guarda Civil e os Carabineiros.

—Relativamente ao *recrutamento e mobilisação* o projecto foi profundamente alterado, desaparecendo as diversas especies de recrutamento (geral, regional, provincial e local), e suprimindo-se muitas minucias, que deverão antes figurar num *regulamento*.

—Na organização da *Escola Superior de Guerra*, foram introduzidas modificações importantes.

—Além do *curso normal*, destinado a formar officiais para o *corpo de estado maior*, são creados *cursos especiais*, distintos para subalternos e capitães, e para officiais superiores, com o fim de difundir pelos officiais do exercito os modernos conhecimentos da arte da guerra.

Os cursos destinados aos officiais superiores terão a forma de conferencias, sendo estas feitas pelos generais ou officiais de reconhecida competencia e prestigio.

— Os *quadros de oficiais* fixados no projecto são alterados, havendo um aumento de 14 coroneis, 15 tenentes-coroneis, 52 majores, 143 capitães e 142 subalternos. Também foi augmentado o quadro de generais.

— Introduziu-se na organização o preceito de serem considerados supramunerarios sem soldo os officiaes fazendo serviço em ministerios diferentes ao da guerra, devendo satisfazer ás disposições das leis vigentes para terem promoção e sendo-lhes contados por metade, para efeitos de reforma, os anos servidos nesses ministerios, á excepção dos dois primeiros.

— No quadro hierarquico dos officiaes inferiores é suprimido o posto de *brigadas*, e é dado o direito aos sub-officiaes de promoção para o corpo de officiaes.

— Introduzidas as emendas pela comissão parlamentar, o projecto voltou novamente á discussão, tornando-se esta mais simples, porque, em vez dos 406 artigos do primitivo projecto, foram estes substituidos por 12 bases. Em todo o caso, ainda se levantou viva discussão, tendo-se introduzido novas modificações, mas de somenos importancia. O projecto foi por fim aprovado. Quando será, porém, convertido em lei?

IV — Escola superior de guerra: Concurso de admissão e instruções para os tirocinios dos officiaes alumnos

— Foi aberto concurso para a admissão á escola superior de guerra para o curso que começa em 15 de setembro, concurso que terá lugar em junho. A ele pódem concorrer os capitães e tenentes de infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia e que se deverão apresentar ao director daquela escola em 31 de maio.

O numero de candidatos a admitir será de 15 para a infantaria, 4 para a cavalaria, 4 para artilharia e 2 para engenharia.

O programa para o exame de admissão comprehende as seguintes materias: litteratura, geografia geral, historia universal, direito politico e administrativo, francês e resolução de um problema tatico.

Na resolução do problema tatico ter-se-ha em vista a applicação dos regulamentos vigentes.

A's materias do programa não se poderá dar maior desen-

volvimento do que contem os livros que são indicados para texto.

—As «Instruções» para os tirocinios dos officiaes das diversas armas, que terminam o curso da escola superior de guerra, foram alteradas pela real ordem de 8 de janeiro de 1917.

Os tirocinios passam a durar só 2 anos, sendo 6 meses (setembro a fevereiro) nos corpos activos das diferentes armas, excetuando naquella a que o aluno pertença, e fazendo os officiaes de engenharia o seu tirocinio nas armas de cavalaria e artilharia; 5 meses (março a julho) no *Deposito de Guerra*, em trabalhos de levantamentos topograficos e geodesicos; 6 meses (agosto a janeiro) novamente nas armas (com exclusão daquella em que estiveram no primeiro periodo); 7 meses (fevereiro a agosto) nos quartéis generais das Capitaniás, ou nos dos Comandos de Ceuta, Melila e Larache, devendo neste periodo assistirem ás escolas praticas que realisam na primavera as unidades de sapadores e de comunicações das respectivas regiões.

Neste ultimo periodo, um mês é destinado ao serviço de aeronautica militar, onde os officiaes alunos estudarão e praticarão nos diversos serviços, segundo as suas condições fisicas e aptidões.

—O comandante da escola superior de guerra é que regula para cada curso a ordem por que os alunos deverão realisar os seus tirocinios, excepto para os serviços topograficos e geodesicos, que serão regulados pelo director de Deposito de Guerra. Os tirocinios no serviço aeronautico deverão ser escalonados de modo que não se reünam todos os officiaes para evitar aglomerações prejudiciaes ao serviço.

V — Viagem de estado maior

—Todos os anos se realisam nalgumas regiões militares viagens de estado maior, tendo por fim estudar diferentes questões estrategicas e taticas e principalmente o funcionamento dos *serviços* junto dos quartéis generais.

No ano findo realisou-se uma interessante viagem de estado maior na bacia inferior do Ebro, na zona triangular determinada por Mora do Ebro, Vinaroz e Ametlla.

A viagem era dirigida pelo coronel do corpo de estado

maior, D. Luiz Fontana Esteves, 2.^o chefe de estado maior do quartel general da 4.^a região (Barcelona) e nela tomaram parte: 3 tenentes-coroneis, 6 majores e 5 capitães do estado maior, e 1 major e 1 capitão de artilharia, 1 major e 1 capitão de engenharia, 1 oficial da intendencia e 1 medico.

Como pessoal auxiliar o regimento de cavalaria n.^o 17 devia fornecer uma deligencia constituida por 1 oficial, 26 praças de pré e 2 carros de esquadrão.

O programa dos trabalhos foi dado pelo estado maior central do exercito, que tambem elaborou as Instruções para a execução da viagem. Foram destinadas 7.300 pesetas para as despesas.

VI — Aeronautica e automobilismo

— Foi aberto concurso para aspirantes a mecanicos de aviação, o qual tem logar em abril, e a que poderão concorrer praças do exercito e da armada, devendo sujeitar-se ás provas especiais os 70 candidatos mais classificados pelos seus documentos.

O exame de admissão compreende uma prova teorica e uma prova pratica. Segundo a classificação da prova teorica, os concorrentes formam 2 grupos: *aptos* e *não aptos*. Só os primeiros são admitidos á prova pratica. Os 50 primeiros classificados são então admitidos ao curso, e, terminado este, os que tiverem boa informação são nomeados *mecanicos de aviação* com o vencimento diario de 2 pesetas.

A prova teorica compreende noções de aritmetica, geometria e motores de explosão. Na prova pratica os candidatos procedem á construção de uma peça simples num tempo determinado, devendo depois mostrar conhecimentos praticos de motores de explosão ou de aviação.

— No ultimo quadrimestre do ano findo tinham sido mandados apresentar nos aerodromos de Cuatro Vientos e de Alcalá do Henares para fazer os cursos de *pilotos* de aviação, 4 capitães, 12 tenentes e 2 alferes das armas de infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia e ainda 2 alferes de navio.

Tambem foram admitidos a fazer o curso de *observadores de aeroplano* 30 oficiais nos aerodromos de Sevilha, Guadalajara e Cartagena.

Os aspirantes a observadores tiveram primeiramente que

mostrar as suas aptidões para desenhar esboços do terreno e trabalharem com uma maquina fotografica. No numero dos admitidos contam-se 2 majores e 3 capitães do corpo de estado maior, 11 officiaes de infantaria, 5 de cavalaria, 5 de artilharia, 3 de engenharia e 1 de marinha.

—No centro electro-tecnico de comunicações, onde se professa um curso de automobilismo para praças de pré, tinham sido mandados admitir no ultimo trimestre do ano findo, 4 sargentos, 1 cabo e 68 soldados das diversas armas. Agora porém creou-se um curso extraordinario na escola de automobilistas do trem de artilharia para o preenchimento de 25 lugares de condutores automobilistas do corpo de Intendencia, e a este concurso só foram admitidos cabos e soldados das tropas de Intendencia, pertencentes ao ultimo contingente incorporado, tendo bom comportamento, boa vista, bom ouvido, boa saude e robustez, sabendo ler e escrever correntemente, e tendo o officio de mecanico-automobilista ou de condutor de automoveis.

O curso devia ter começado em 1 de fevereiro no Campo de Carabanchel. As despesas com este curso foram orçadas em 7.882 pesetas.

VII — A escola central de tiro. O ultimo curso de tiro ali professado e a conferencia do coronel de infantaria D. Luis Fernandez España.

—Tendo terminado o curso de tiro para tenentes-coroneis e capitães de infantaria do ano findo na escola de Valdemôro, o director da 3.^a secção daquela escola, o coronel D. Luis F. España, realisou uma brilhante conferencia perante os officiaes que tinham assistido ao mesmo curso, sintetizando os trabalhos efetuados e fazendo uma apreciação dos resultados praticos.

Em primeiro lugar, expoz o método pedagogico seguido na escola, onde se procura analisar os variados factores que influem nos resultados do tiro da espingarda e da matralhadora. Foi assim que se apreciaram os métodos a empregar para alargar ou reduzir os agrupamentos dos projecteis; se viu como o terreno influe na densidade do tiro; e como a instrução das tropas influe nos agrupamentos do tiro.

Uma sessão foi destinada ao estudo pratico das "*propriedade e efeitos dos fogos*", tendo-se evidenciado que o pelotão deverá ser a *unidade de tiro*, sob a direcção de um oficial.

Mostrou ainda os resultados obtidos noutra sessão em que se fez a comparação das trajetórias das balas P. e R., sob o ponto de vista do agrupamento e da profundidade da zona batida, assim como se verificaram os efeitos do tiro feito com alça exata, ou com alça errada.

Evendiciou quanto interessante e proficuo foram os exercicios em que se viu a influeucia das diferentes formas de terreno na eficacia do tiro.

—Não fora menos interessante a comparação, sob o ponto de vista da precisão do tiro colectivo, da espingarda com o tiro concentrado das metralhadoras, pondo-se em evidencia que a profundidade da zona batida pelo fogo da metralhadora é $\frac{1}{3}$ da batida pelo fogo colectivo da espingarda, e ainda a importancia que tem no tiro das metralhadoras os erros a partir de 15^m na avaliação das distancias.

—O illustre conferente chamou a atenção dos que o escutavam para a importancia que teem os *periscópios* na precisão do tiro executado por atiradores abrigados e ainda para as interessantes sessões de tiro com espingardas e metralhadoras sobre os aeronaves.

—Relativamente á necessidade que ha em tirar da moderna espingarda todo o rendimento de que ela é susceptivel, pôz em evidencia quanto se torna indispensavel para se obter eficacia no fogo ás grandes distancias o emprego dos *telemetros*, e quanto necessaria é a pratica em manejar tais aparelhos¹.

—O coronel España chamou a atenção de todos para a necessidade que ha em ter o maior cuidado na conservação do armamento, porque de contrario, as regras de tiro determinadas para uma espingarda tipo não servem para as espingardas que estejam alteradas.

¹ Na infantaria espanhola foi tornado regulamentar o telemetro instantaneo de inversão com pontaria obliqua de 0^m,70 de base m/914 da casa Zeiss. Por emquanto foi determinado que cada companhia de infantaria ou grupo de metralhadoras dispozesse de um telemetro regulamentar.

—As sessões em que se fizeram experiencias com o explosivo espanhol— a *trilita*—foram elucidativas e de molde a inspirar a maior confiança a quem tenha de empregar tal explosivo, tendo-se verificado que os petardos carregados com este explosivo podiam ser atravessados por uma bala de espingarda ficando desagregada a materia, mas sem haver explosão.

Não foram menos curiosas as experiencias feitas com as granadas de mão.

—Para se ver a influencia do terreno na eficacia do tiro se realisaram 3 sessões e o conferente chamou a atenção para a importancia que tem os *pontos de apoio principais* e os *pontos de apoio secundarios* do terreno. Aqueles mandados organizar pelos officiais, e estes sendo organizado ou utilizados pelos soldados sem ordem especial.

O conferente terminou, fazendo sentir quanto a instrução que acabara de ter lugar, era da maior importancia para os officiais de infantaria, e agradeceu a boa vontade com que todos tinham trabalhado e cooperado no bom exito dos exercicios.

—No 2.^o trimestre do presente ano realisa a 4.^a secção da mesma escola em curso complementuar de tiro para officiais de cavalaria. O programa deste curso compreende:

Instrução de tiro com carabina, pistola e metralhadoras; telemetria; determinação do relevo e inclinação do terreno, e sua influencia sobre a eficacia do fogo; propriedades, efeitos e direcção dos fogos com carabina e metralhadora; emprego dos explosivos. Os exercicios praticos realisam-se no acampamento de Carabanchel, e os exercicios de fogos reais terão lugar num campo eventual de tiro.

Um dos regimentos de cavalaria da guarnição de Madrid fornece um esquadrão. Nestes exercicios tomarão parte tambem elementos do serviço de aerostação e de projectores.

As despesas foram orçadas em 10.000 pesetas.

V. J. CESAR.

O EXERCITO E A IMPRENSA

EM

TEMPO DE GUERRA

A imprensa de um país, tão poderosa em tempo de paz, tem importantes missões a desempenhar em tempo de guerra secundando os propositos da defesa nacional.

Uma imprensa bem dirigida e orientada, póde ser um poderoso auxiliar, assim como, pelo contrario, póde muitas vezes arrastar o exercito a um completo desastre.

Se ela souber explorar os exitos que se obtenham, não avolumar os desastres que se sofram, estimular o patriotismo do povo e alimentar, a todo o instante, o espirito publico, terá cumprido a sua missão.

Mas se pelo contrario se deita a criticar a condução da guerra, a pedir novos planos de campanha, fazendo comentarios sobre as nomeações feitas e sobre os movimentos executados, com o methor dos propositos, póde inconscientemente atraioar o seu proprio exercito, porque proporcionará ao inimigo dados que lhe podem ser valiosos e fará perder a confiança que o país deve ter nos encarregados de dirigir a guerra.

Nas guerras modernas encontramos numerosos exemplos de desastres sucedidos por indiscrições da propria imprensa, e na guerra europeia actual podemos ver como a imprensa póde e deve cooperar na defesa do país.

Durante a guerra da Crimeia, os russos obtiveram valiosas informações sobre o sitio de Sebastopol, tomadas dos jornais ingleses e franceses.

Na guerra civil norte americana, os generais do Norte tiveram quasi sempre informações muito precisas tomadas dos jornais confederados. Depois da queda de Atlanta, Jefferson Davis, disse em um discurso: que já se tinham tomado todas

as medidas em Tennesen e Kentuchy, para impedir que Sherman recebesse subsistencias do Norte, e que por conseguinte, este estava condenado a ser aniquilado. Este discurso publicado na imprensa do partido do Sul e reproduzido na do Norte, chegou em breve ao conhecimento de Sherman, e este iniciou a sua famosa marcha atravez da Georjia até ao mar, onde recebeu os reforços e subsistencias que lhe mandara o general Grant.

Em julho de 1870, o major Kranse do estado maior alemão, por meio da imprensa francesa, pode reconstituir a composição e o desenvolvimento estrategico dos franceses.

No mesmo ano, quando Mac-Mahon, iniciou a sua marcha para socorrer Bazaine, encerrado em Metz, necessitava para assegurar o exito, o mais completo segredo, mas o comando superior alemão soube dele pelos jornais franceses e ingleses.

Em 8 de dezembro de 1870, quando o general Faidherbe tomou a ofensiva com 30.000 homens do exercito do Norte, efectuou o movimento por St. Quentin, porque sabia pela imprensa prussiana, que o primeiro exercito se encontrava na Normandia.

Durante a guerra de Cuba, a expedição norte-americana a essa ilha esteve em riscos de fracassar pelas indiscrições da imprensa, a qual dera conta detalhada da concentração em Tampa. Pela parte dos espanhois não houve, a bem dizer, indiscrições, porque tanto os jornais de Cuba como a imprensa de Madrid, relatavam quasi diariamente, qual o numero de tropas que havia em cada parte da ilha e as condições em que estas se encontravam.

Estes e outros desastres originados em informações dos jornais, fizeram com que os exercitos se preocupassem em estudar a maneira de evitar a repetição de casos semelhantes, procurando ao mesmo tempo manter informada a opinião publica até onde as circunstancias o permitissem.

Foi o Japão o primeiro país que exerceu completa censura sobre a sua imprensa em tempo de guerra. Ao iniciar a campanha com a Russia, proíbiu estritamente que fossem publicadas noticias relacionadas com a organização da guerra, a mobilisação das unidades e o transporte destas.

Depois fez publicamente um apelo ao patriotismo dos jornalistas, para que suprimissem qualquer informação, por insi-

gnificante que parecesse, relacionada com o exercito ou com a marinha. Para ver a forma como a imprensa japonesa respondeu a este apelo, basta recordar o misterio impenetravel que rodeou o movimento do almirante Togo e as marchas do marechal Oyama. A seu turno, tomou precauções especiais com os correspondentes estrangeiros, e foi muito pouco o que eles puderam ver, e, naturalmente, voltaram muito descontentes para os seus países censurando duramente o comandante em chefe japonês.

Na guerra actual todas as nações empenhadas no conflito teem estabelecido rigorosa censura.

A Inglaterra tem tido tres órgãos encarregados da censura: a repartição da imprensa, a censura do cabo e a censura dos correios. A primeira é destinada a rever todas as informações para a imprensa e nenhum artigo se póde publicar sem ter a aprovação desta repartição.

A censura do cabo deve examinar todos os telegramas tanto particulares ou comerciais, como muito especialmente os destinados á imprensa.

A censura dos correios deve fazer a revisão de correspondencias que passa pela Inglaterra com destino aos países inimigos e neutrais.

Posteriormente foi organizada, anexa á repartição da imprensa, uma secção de publicações, com o fim de utilizar as informações que se recebem favoraveis aos aliados e para redigir artigos de acordo com as intenções do Foreign Office.

Ao começar a guerra, durante alguns dias, houve uma repartição destinada á censura da imprensa, mas os proprietarios e editores nos principais jornais, por iniciativa propria comprometeram-se a não publicar noticias que não tivesse a aprovação do Almirantado ou do Ministerio da Guerra.

Depois de estabelecida a repartição da imprensa, os representantes de cada jornal tiveram que inscrever-se nela, e cada boletim, que ela publicava era comunicado simultaneamente a todos os jornais.

Não teem sido permitidos correspondentes de jornais, permanentes, na frente de combate. Telegramas diarios são enviados pelo comando superior, e estes completam-se com informações fornecidas por algum official do mesmo comando. Na expedição aos Dardanellos, consentiu-se a permanencia de um

correspondente, Mr. Bartlot, escolhido de comum acordo pelas principais empresas jornalisticas de Londres, mas nenhuma informação podia remeter sem que préviamente passasse pela censura.

A censura inglêsa motivou criticas muito violentas na imprensa e na opinião e até no Parlamento, porque este serviço funcionou sem método no meio de uma grande confusão, incorrendo em frequentes contradicções e até em inexactidões graves. Segundo a mesma imprensa, esta situação modificou-se um tanto nos ultimos tempos, mas é evidente que a censura fracassou ao começar os seus trabalhos.

E isso era natural, pois tratava-se de um serviço improvisado para o qual nada havia preparado desde a paz.

Em França, ao declarar-se a guerra o Governo pôz em vigor uma resolução do Parlamento de 1850, na qual se declarou que o governo militar tinha o direito de suspender os jornais que desobedecessem ás instruções dadas a respeito da publicação de noticias militares. Ao ser ordenada a mobilização, pouco antes da declaração de guerra, o Ministerio da Guerra instalou uma repartição de censura da imprensa. Pouco depois a Camara dos Deputados occupou-se deste assunto e votou uma lei estabelecendo a censura militar quanto ás informações de caracter militar e diplomatico, mas excluindo as politicas.

A França, como os outros países não permitiram a presença de correspondentes proximo das linhas de combate, mas ultimamente autorisou alguns jornalistas muito conhecidos a fazerem curtas excursões nas linhas de batalha.

O comando superior publica boletins diarios e ás vezes informações especiais, mas nesses e nestas, cuida-se muito da redação para que não escape qualquer informação que possa ser util ao inimigo.

A Alemanha, neste assunto como em tudo o que se refere á preparação para a guerra, deve ser citada como modêlo.

A lei havia estabelecido a situação em que ficava a imprensa desde o momento em que se decretava a mobilização e um regulamento especial estabelecia os detalhes para o funcionamento da censura em todo o país. A censura alemã funcionou sem entorpecimento e cumpriu a sua missão de forma satisfatoria para a direcção militar e politica da guerra.

Ainda mais, tem-se sabido utilizar os jornais e revistas para canalizar a opinião publica no sentido que tem desejado o Governo, e mais que nenhum outro país, tem permitido a presença nos campos de batalha de correspondentes estrangeiros. Tem-se cuidado de impressionar estes de tal forma, que depois tem lançado ao mundo, informações sumamente favoráveis para os alemães, mas que não continham detalhes de importancia militar, no momento que se publicavam.

Em resumo, póde dizer-se que a censura alemã tem funcionado com tino ao mesmo tempo com energia, e em grande parte isso tem sido devido a que este serviço estava organizado desde o tempo de paz.

Estas experiencias induziram os países que não se haviam preocupado sobre o assunto, a estudar a forma como deve funcionar as suas empresas em tempo de guerra, tendo em linha de conta as condições especiais de cada país a esse respeito.

O Estado Maior do Exercito dos Estados Unidos, apresentou á Secretaria de Guerra, o seguinte memorandum :

Solicita-se que:

a) Um oficial do exercito nomeado pela Secretaria da Guerra, e um de marinha designado pela Secretaria da Marinha, se ponham de acordo com os representantes das principais empresas jornalisticas do país, sobre a forma que deverá tomar um projeto de lei autorizando o Presidente para estabelecer a censura nas publicações da imprensa e nos correios, telegrafos, cabos e telegrafia sem fios, quando assim convenha aos interesses da defeza do país.

b) O projeto que estes indiquem, será submetido ao Auditor geral do exercito, e desde que o dito projeto tome a forma definitiva, será apresentado ao Congresso, quando o Presidente entender chegada a oportunidade.

c) Aprovado ou não o projeto anterior, deverão redigir-se os regulamentos e disposições para que a censura funcione com regularidade e com resultados positivos. Deverá possuir-se uma lista de todas as estações de cabo, telegrafos e telegrafia sem fios que necessitem um censor em caso de guerra, lista de todos os jornais com os nomes dos seus representantes e correspondentes, lista de oficiais reformados do exercito e armada que possam utilizar-se nesse serviço. O sub-secretario de guerra será o chefe da censura.

d) Em caso de perigo nacional e enquanto não haja legislação sobre a censura, dever-se-ha ter tudo preparado para a estabelecer, declarando a lei marcial na extensão do territorio que seja necessario, podendo por conseguinte suspender uma publicação ou interceptar uma comunicação se elas poderem comprometer a defeza nacional ou ser por qualquer forma util ao inimigo.

A petição do chefe do Estado-Maior foi imediatamente aceite pelo Secretario da Guerra, e o projeto em questão ficou redigido da seguinte forma:

1) Quando a defeza nacional o exigir, o Presidente poderá proibir a publicação de noticias que se refiram ás forças armadas ou a qualquer outro assunto que directa ou indirectamente se relacionem com a defeza do país. Exceptuam-se desta proibição as informações que sejam fornecidas pelas repartições autorizadas para isso pelo regulamento de censura.

2) Decretada pelo Presidente a proibição a que se refere o artigo primeiro, será considerado como delinquente todo aquele que dentro da jurisdicção dos Estados Unidos, publique ou pretenda publicar ou ajude a publicação de qualquer informação, acontecimento ou boato, proibido pelo regulamento desta lei, e terá uma pena de 10 escudos de multa, ou três anos de prisão, ou ambas as coisas se a gravidade da falta assim o exigir.

3) Quando o Presidente entender que a defenza do país não exige por mais tempo a vigencia da censura, poderá decretar a sua suspensão em todo o territorio ou em uma parte dele, mas isso não significará que se suspenda a applicação das penas impostas durante a vigencia da censura.

4) Um regulamento especial, determinará a organização e funcionamento do serviço quando seja necessario implanta-lo. Este projecto ainda não foi apresentado ao Congresso, e a opinião dominante é que esta lei deve ser mais explicita nas suas disposições de character geral, e mais severa nas penas que estabelecer, porque quanto mais livre fôr a imprensa de um país em tempos normais, com tanta maior energia se deve proceder em épocas anormais.

(Traduzido da *Revista Militar*, da Argentina, por R.).

Novo armamento da cavalaria espanhola

Seguindo na esteira das nações que tem dotado as suas cavalarias com uma arma de fogo equivalendo em efeitos ballisticos á espingarda da infantaria, a Espanha acaba de determinar (14 de novembro passado) a substituição da carabina Mauser ^m/1895, em uso na cavalaria, por um mosquete ^m/916 ao qual se adoptará a baioneta ^m/913 usada pela infantaria. Esta passa a fazer parte do armamento do cavaleiro, que com o novo armamento fica em condições de poder dar ao combate a pé, uma maior intensidade, levando-o até ao assalto.

A substituição do armamento a que nos acabamos de referir era de ha muito reclamada por officiaes estudiosos, que dedicam o seu saber e valimento a reunir elementos que baseem melhoramentos oportunos na arma em que servem e de que são distinctos ornamentos, mas a oportunidade duma tal medida não era geralmente reconhecida, pois a secção especial de cavalaria tinha chegado á conclusão, baseando-se em experiencias efetuadas, que a carabina Mauser ^m/1895 equivalia á espingarda de infantaria em quauto ambas consumissem o cartucho da bala cilindro-ogival, pois que, com este, embora as velocidades iniciais diferissem de 50^m em favor da espingarda, as velocidades em qualquer ponto da trajectoria, até 800^m, das balas expelidas pela espingarda e carabina, tendem a egualar-se diferindo a esta distancia apenas de 2 metros; daí para cima, embora as velocidades dos projecteis disparados pela espingarda se mantenham superiores a dos disparados pela carabina a diferença é no emtanto pouco acentuada, sendo o seu valor a 1.400^m 12 metros; a força viva destes projecteis a partir de 800^m quasi tambem se eguala e como as ordenadas das respétivas trajectorias apenas apresentam a diferença maxima de 0^m,95 ás grandes distancias, embora os espaços batidos, para as pequenas distancias, sejam bastantes maiores para a espingarda, além dos 800^m a diferença vai su-

cessivamente diminuindo podendo-se concluir que ás distancias médias e até á correspondente á maxima alça da carabina os efeitos balísticos desta egualam, sensivelmente, os da espingarda.

Com o cartucho de polvora progressiva, grande carga e bala ponteaguda o mesmo porém, não succede, pois não só gasta rapidamente as estrias como produz na carabina um recuo violento que muito molesta o ombro do atirador, dificultando que se utilise regularmente da arma, além disto, dando á bala disparada pela espingarda uma maior velocidade inicial, faz com que às distancias médias as velocidades das balas disparadas com a espingarda ou carabina difiram de 50^m para mais na primeira, donde resulta uma inferioridade acentuada da carabina relativamente á espingarda.

A recente adopção, pela infantaria espanhola, cartuchos destes (^m/1913), tornou real esta inferioridade e motivou a construção do novo mosquete, cujo modelo foi projectado pela *Comissão de experiencias, projectos e verificação de material de guerra*, e executado na Fabrica Nacional de Oviedo.

Conjuntamente com a adopção deste novo modelo de arma de fogo, por uma serie de providencias procura-se dár em Espanha, á cavalaria uma maior efeciencia no combate a pé; assim os lanceiros passavam a ser tambem armados de carabina e para toda a cavalaria, a dotação anual de cartuchos, para a instrução de tiro, passa a ser egual á da infantaria.

Brevemente ainda disporá a cavalaria espanhola de metralhadoras, que pela impossibilidade, no momento presente, de se adquerirem na casa Hotchkiss, como tinha sido proposto, o general Echagüe determinou se comprassem na America do Norte do modelo Colt, e estas já estão em Espanha e apenas aguardam, para sêr distribuidas, que se conclua a construção dos tripés especiais para cavalaria de que elas necessitam para poderem sêr utilizadas.

Os Dembos nos Anais de Angola e Congo¹

(1484-1912)

(Continuado de pag. 225)

Os fugitivos, para obterem passagem nas canôas, mostraram aos «pilotos» um papel que lhes declararam ser a guia. Os postos de Calomba e de Camabela, guarnecidos com soldados e uma peça, também não puderam oferecer resistencia a esses bandidos.

— «A Voz de Angola», n.º 96 de 17 de outubro de 1909, sob a epigrafe «*Fuga de soldados*» diz: «Tem circulado um boato que tem dado motivo a apreensões. Segundo a narração que nos foi feita, fugiram de Lombige para Senze do Itombe, onde tomaram o comboio para Loanda, alguns soldados que no km. 13 saltaram em terra, armados e muniçados com cento e vinte cartuchos cada um, declarando que só se apresentariam ás autoridades quando entendessem e sob condição de não serem castigados, resistindo a qualquer força que fôsse prendê-los. Procurando informes nas estações competentes conseguimos saber que o alferes David Magno pedira guarnição para um forte em Caculo Cahenda e que, como não houvesse outros soldados disponiveis, marcharam para o Lombige vinte da 3.ª companhia disciplinar. Fugiram, porque receáram ter de entrar em operações ou por lhes desagradar a permanencia num ponto desconhecido, facto este de qualquer modo grave».

Durante a passagem destes criminosos por Calunga, a população teve de armar-se para conter os roubos e os tiros.

¹ Tendo o original do esboço topografico da região sido reduzido pela fotogravura deve o mapa publicado com a Revista Militar n.º 2 ser considerado na escala apr. 1/600:000.

Não obstante a dignidade desse oficial resplandecer no dia do julgamento dos criminosos, assim como no local da revolta, onde assiste ao espectáculo rarissimo, de que se pode orgulhar, de não haver um só que o ferisse com a mais leve palavra de censura ou de desconsideração *pessoal*, a par de este lenitivo moral succede o supremo desgosto: *alguem pugna porque D. M. se sente no banco dos reus, pelo crime de... não morrer na revolta!*—visto não haver então a alinea c) do Codigo do Pr. Cr. Militar que perdoa a falta de um fuzilamento reciproco «para se evitar um mal maior».

Em 1872, abandonaram nos Dembos o alferes Oliveira, que resistiu até á ultima, sendo por isso o maior heroi. Não obstante, não lhe faltou tambem quem, para atingir fim diverso da reabilitação, o quizesse fazer responder a conselho de guerra e encarcerar pelo crime de... não esperar que o gentio viesse buscar o seu cadaver!

Como se não bastassem tantos trabalhos, privações e desgostos a D. M., a completa desorganização dos serviços, especialmente de administração militar; o excesso de expediente resultante da falta de método, ou pelo menos de espirito de colaboração no tocante a material de guerra extraviado pelos revoltosos; o levantamento de autos de isso, e mil escripturações tendentes a impedir naturais abusos em mais três outros postos militares que D. M. superiormente comandava e apertava de longe; a existencia de um unico amanuense e a circumstancia de escrever sobre caixotes que tinham de andar sempre a cobrir-se das chuvas; esse official foi ainda forçado a gastar o tempo e a saude prevenindo-se contra quem interpretava o Codigo como... mais tarde veio a interpretar o Regulamento da Cobrança do Imposto, preparando uma defeza, não para sair do tribunal absolvido, mas para sair dele em triumpho.

E' ainda esta a razão porque, contra a nossa vontade, por menorisamos este drama militar colonial, atravez da dificuldade que sentimos ao escrever de nós.

Evitar ou apagar deste modo uma revolta era o mesmo que um capitão meter o seu navio a pique comsigo mesmo, para submeter a tripulação, com a agravante de abandonar a sua defeza ou a sua honra aos comentarios alheios, sempre tão inverosimeis, quando não caluniadores.

(Foi isto o que sucedeu na revolta de eguaes soldados no Cafu Novo (Evale), em 5-8-912, em que officiaes e sargentos foram forçados a fugir, sendo tristemente assassinado só um official que se deixou atraçoar ingloriamente mais pelos ditames do regulamento do que pelos da razão).

Com os restantes europeus e com os indigenas, ficou assim esse official abandonado á generosidade do gentio da terra, em constantes sobresaltos e sujeito ás ameaças dos rebeldes proximos, sem embargo de ir construindo o essencial do forte, derrubando arvores e abrindo esse grande fôssco, de que ia surgindo o parapeito, sofrendo durante cinco menses as inclemencias dos temporais, que chegaram a transformar as instalações provisórias num verdadeiro hospital; sofrendo o pessimo alojamento, onde chovia, quasi como fóra, desde a tarde da occupação, pois nesse tempo não havia capim em condições; dormindo vestidos e de botas calçadas, com a carabina por sua querida companheira; vivendo num foco sinistro de tzé-tzé e onde as biliosas começaram a matar europeus; e fazendo prodigios de governo culinario para fazer suportar a fome.

Por causa das chuvas e dos entraves dos fornecedores de transportes de Senze de Itombe a Camabela, a quem o avanço e pacificação não convinham, os generos requisitados com a maior antecedencia possível só chegaram a S. Antonio de Cáculo, dois a quatro menses depois, avariados!

O comandante, para animar os soldados a suportar estes sacrificios, obstinou-se por muito tempo em passar muito mal, adquirindo a apparencia transitoria de um velho.

Trinta e quatro dias seguidos chegaram a estar de uma vez as comunicações interrompidas. Esse dedicadissimo interprete Francisco Pereira dos Santos Vandunem, tendo ido procurar restabelecê-las, morreu levado pela corrente do Lombige.

Mas, os menses foram decorrendo. A terrivel estação das chuvas e de tempestades morais amainou.

Em compensação de tudo, com alegria egual aos perigos e sofrimentos que esta occupação custou, no dia 22 de fevereiro de 1910, uma salva de vinte e um tiros de artilharia, proclamava

que pela primeira vez uma lança fôra cravada em pleno coração dos Dembos.

Nessa lança começou então a flutuar altaneira a bandeira portuguesa, no mais avançado, no consideravelmente mais bem situado e no mais seguro reduto dos Dembos e dos melhores de Angola, ficando assim algo reabilitado o prestígio perdido desde 1872 e lavrando-se deste acontecimento o auto que segue, no qual não chegou a figurar a assinatura do referido preto Vandunem, cuja morte foi um verdadeiro tributo pago por si á civilização da sua raça.

O povo da banza chorou-o como se fôsse dos mais queridos e importantes filhos da terra, e se o seu cadaver tem podido vir para Caculo, o comandante, como prova de gratidão, dar-lhe-ia o forte para eterna morada — porque nem o Sentimento se importa com preconceitos, nem a Justiça com hierarquias.

Au o da inauguração do Forte de S. Antonio de Caculo Cahenda¹

«Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de mil novecentos e dez, não desejando o comandante militar de Lombige, alferes de infantaria David José Gonçalves Magno, retirar da região sem antes ter a honra de hastear pela primeira vez a bandeira portuguesa, no forte que á custa especial e directamente dos seus esforços, perigos e sacrificios, em nome da civilização e da patria, em segunda feira vinte e sete de setembro de mil novecentos e nove veio levantar, cincoenta kilometros para a frente de Camabela, aqui, nesta povoação conhecida entre o gentio pelo nome de «Banza Santo Antonio de Lisboa», capital das terras do potentado Caculo Cahenda «o maior de todos os Dembos» e o ponto agora mais avançado da nossa ocupação neste país;

Sucedendo ser hoje dia do quarto aniversario do seu despacho a official,

Pelas doze horas da manhã, o alferes David José Gonçalves Magno, na presença do dembo, seus macotas e povo, içou a bandeira, apresentando armas toda a força, que se achava

¹ Este titulo foi aprovado pela «Ordem á Força Armada», n.º 3-1910.

formada, tocando o corneteiro a marcha de continencia e dando-se uma salva de vinte e um tiros de peça.

Havendo-se dignado o Governo Geral da Provincia de Angola, reconhecer ao fundador, o direito de dar ao forte o nome que entendesse, resolveu o mesmo comandante, aliando a origem da denominação ás suas crenças, batisá-lo com o nome pelo qual, naturalmente, no futuro será conhecida esta povoação, isto é, «Forte de S. Antonio de Caculo Cahenda» ou abreviadamente «Forte de Caculo Cahenda».

Por fim o mesmo official tomou o comando e fez a continencia á bandeira.

De este facto se lavraram dois autos eguaes, autenticados com os selos do comando e do referido chefe gentílico de estas terras, sendo um para David José Gonçalves Magno e outra para o arquivo do comando, além de ficar devidamente registado no livro das ordens.

Estes autos são assinados por todos os presentes, assinando pelo dembo D. Domingos Miguel Sebastião, o seu secretario, e assinando de cruz, por uma justa deferencia para com eles, os soldados presentes, que entraram em Caculo Cahenda no referido dia vinte e sete de setembro de mil novecentos e nove.

E eu, Verissimo José da Costa Junior, o escrevi e subscrevo.

David José Gonçalves Magno, alferes de infantaria, comandante militar de Lombige (logar do selo em relêvo).

D. Domingos Miguel Sebastião Caculo Cahenda, o maior de todos os Dembos (logar do selo carimbo).

O secretario, Manuel Gonçalves Leitão Ribeiro.

Alberto da Costa, 2.º sargento da 2.ª Companhia de Deposito.

Joaquim Valadares, 2.º sargento da 2.ª Companhia de Deposito.

André Lopes, 2.º sargento enfermeiro da C. de Saude.

Manuel Alvito Pereira, 1.º cabo da bateria mixta de artilharia.

Joaquim Henriques da Costa, 1.º cabo da 2.ª C. de Deposito.

Francisco de Oliveira, 1.º cabo da 2.ª C. de Deposito.

Antonio Augusto dos Santos, 1.º cabo da 2.ª C. de Deposito.

Herculano Soares Martins, 1.º cabo da 2.ª C. de Deposito.

José Nunes Pinto, soldado n.º 101 da 3.ª Companhia Disciplinar.

Evaristo Alves de Magalhães, soldado n.º 115 da 3.ª C. Disciplinar.

Alvaro Jorge dos Santos, soldado n.º 195 da 3.ª C. Disciplinar.

175 soldado, Joaquim + Correia.

9 soldado, João + Bartolomeu Miguel.

16 soldado, Filipe + Amado de Azevedo.

24 soldado, Catiababalo +.

31 soldado, Joaquim + Francisco.

32 soldado, Assufo + Sudaca.

38 soldado, Simão + Bento Domingos.

39 soldado, Antonio + de Almeida.

40 soldado, Mussasse +.

42 soldado, Basquète +.

43 soldado, Camo + Camo.

47 soldado, José + Camuco.

27 soldado, Antonio +.

Verissimo José da Costa Junior, 2.º sargento da 2.ª Companhia de Deposito".

*

*

*

Este auto arquiva-se na Sociedade de Geografia de Lisboa, assim como esta bandeira se guarda na respectiva sala de honra; onde representa o zenith de mais de quatrocentos anos de historia (1484-1910) que tantos são os anos de sangue e de amarguras que hão custado as lutas militares e civilizadoras neste sertão de Angola até esta conquista da capital dos Dembos.

—O Caculo Cahenda é, como ficou demonstrado, o secular e grande dembo de que reza a historia de Angola e Congo e o mais poderoso da atual região dos Dembos (entre os rios Dande e Zenza) e ainda em 1909 dos maiores dembos do Norte. Prestou vassalagem em 1615, mas na sua banza nunca flutuára outra bandeira antes de aquela que hoje se vê na sala de honra da Sociedade de Geografia e que tanto pode estar ali, como é digna de coroar uns petrechos das operações de 1907, oferecidos ao Museu de Artilharia.

Esta historia é uma amostra dos sacrificios que custa um pedaço de terra de Africa, quer a conquista se procure com

as armas, quer com a diplomacia — pedaço este e outros que mais tarde havemos de legar em toda a sua plenitude e imensa grandeza aos naturais, que os transformarão numa nação que nos imortalizará como o Brazil.

A maior dificuldade consistiu em ocupar este centro, porque a região ficou desde logo aberta para todos os lados, pelo menos na extensão de cem km., dos rios Zenza ao Dande, gozando agora os nossos soldados, dentro de estas terras do Caculo Cahenda, um campo mais vasto do que as restritissimas conquistas de 1907, ou sejam os oito km. que vão da fronteira Zenza a Camabela, como claramente se vê do esboço que faz parte do Relatório desta ocupação, publicado pelo Governo Geral de Angola em 1910 — *relatório que foi escrito sob a retraction própria do peso de todas estas amarguras.*

Se de este centro não irradiar a influencia ambicionada, é porque quer as conquistas se façam pela habilidade, quer malbaratando a vida dos outros, não dispensam as obras de fomento, nem as tropas de policiamento, com um comandante ou capitão mór á altura das dificuldades.

*

*

*

Por coincidência, o official que tinha sido chamado a desembainhar pela primeira vez a sua espada, na revista passada pelo principe real D. Luís Filipe, á coluna que seguia para esta região, a fim de tapar a ausencia do subalterno da coluna de 1907, que não podéra comparecer, foi quem ocupou esta capital dos Dembos.

*

*

*

Por outra coincidência, o *primeiro acto* do grande drama de esta ocupação, terminou pela sentença de 27 de setembro de 1912. No dia do terceiro aniversario da ocupação, ao fim de três anos de prisão preventiva, foram condenados até três anos de presidio militar, segundo a sua responsabilidade, os soldados que podiam haver-se honrado com a sua assinatura no referido auto da inauguração do Forte de Caculo Cahenda.

VII

A obra de Caculo Cahenda**19-9-1912**

Factos historicos não são apenas as guerras, os tiros, desta região. São igualmente todas as manifestações morais e materiais, todas as suas Etapas Progressivas.

Depois da *Ocupação da capital dos Dembos* á custa dos esforços e perigos descritos, o primeiro comandante serviu-se da magnifica situação politica e topografica do forte, tendo ao alcance das suas armas o maior agrupamento de população dos Dembos, para alargar imediatamente o nosso dominio efectivo, empregando todos os seus esforços perante o governo para que, mesmo sem tropas para avançar mais, os bons resultados obtidos se sustentassem.

A fama da segurança do forte era levada ao N'Gombe Amuquiama pelos nossos proprios soldados que chegavam a andar tranquilamente nove dias por fóra, para a frente de Caculo!

A *construção do forte*, além de satisfazer a todas as condições técnicas, sendo um verdadeiro modelo dentro dos recursos disponiveis (V. *Revista Militar* n.º 7-1916) era considerado "absolutamente seguro" pelo comandante da coluna de 1913 e outros, especializando a seguinte opinião de um oficial das operações de 1907:

"Fez uma magnifica escolha do local para a fortaleza. Para haver mais agua (que nasce a cem metros na horta; a duzentos, perto da banza; e a quinhentos no Quiálo) só colocando o forte na margem do rio. Aqui não ha Caculos, Cazuangongos, Muandos, Quibaxes, etc., que se cheguem." (a) J. A. P.

O mesmo construtor, que foi aqui, *melhorou os postos de Camabela e de Calomba*, conforme pag. 105 do "Relatorio dos Serviços Militares de Lombige" publicado. "O que havia em Calomba, á sua chegada, não era posto. Era uma palhota qualquer"—diz a nota n.º 267 de 2-7-909.

Tambem só muito depois da sua chegada *o gentio aceitou a ordem para capinar*, fazendo-o o dembado de Cavunga Capacáça pela primeira vez (Nota para o Q. G. n.º 267 de 2-7-909).

A instancias suas, officiais e particulares, por portaria n.º 81 de 18 de janeiro de 1912 foi criada uma *Estação Postal* no forte de Caculo Cahenda.

Seguidamente o mesmo official com o inexcédível amor pela sua obra, só proprio do autor dela, exforçava-se com as melhores palavras pela construção da *Linha Telegrafica de Calunga para Caculo Cahenda*, constante de pag. 104 do Relatório da ocupação, vindo o telefónio de Camabela a Loanda a ser inaugurado em 26 de julho de 1913 e a estação telegráfica de Caculo Cahenda a ser declarada aberta ao serviço internacional pelo «Diario do Governo» de 24 de junho de 1914.

Animou a firma Ferreira, Daries & C.^{ta} a estabelecer ali uma importante *Casa Comercial*, o que fez, indo para ali Francisco Ramires Daries que em pouco tempo tirou grandes resultados para si e para o país, atraindo tambem gentio afastado do nosso convívio, confirmando-se assim as teorias colonizadoras de Bismark. Os termos da concessão que fez, em que as regalias do forte ficaram todas asseguradas, constam da nota para a Direcção da Agrimensura, n.º 109, de 10-2-912, e da Ordem do Comando, n.º 39, de 19 de abril.

Ofereceu as mesmas facilidades para o estabelecimento de uma *Escola Profissional* ou de Artes e Officios (Missão) que, avançando, neutralizasse a nefasta influencia das missões inglesas que, em 1913, nos haviam de atear ou complicar a revolta da limitrofe região do Congo, alcançando com propostas e informações, que chegasse a estabelecer-se nos Dembos o Rev. Missionario, P.^o Antonio de Miranda Magalhães, ao qual a região muito passou a dever.

Pugnou pela *Criação da capitania-mór*, em conformidade com as fronteiras naturais e tradicionais dos Dembos, constando o ultimo apêlo ao governador, de fls. 14 do «Projecto de Ocupação da zona do N'Gonguembo e entre o Zenza e o Lombige» elaborado pelo mesmo official (Entrada no Q. G. em 31-3-913), sendo por portaria n.º 378 de 17 de abril de 1913 extintos os três comandos militares de Quilengues, dos Dembos (intermedio) e do Lombige, passando a constituirem com a circunscrição dos Dembos do Norte, uma capitania mór, com *Séde no forte de Caculo Cahenda, onde veio a ser colocada a 21.^a Comp.^a de Infantaria*, passando para o Golungo Alto a

area da 4.^a divisão do antigo concelho de Golungo, isto é, as terras ao Sul do Zenza.

Pela nota n.º 463 de 19 de agosto de 1912, remetia á Inspeção de Fazenda a *primeira receita, pela resolução de Questões Gentilicas*. Em 12 de novembro, o proprio dembo de Quibaxe (reformado) vinha ao forte resolver uma demanda importante, conforme o auto, tendo em outras ocasiões chegado a vir sóbas em activo serviço do Quibaxe.

Reconstruindo as mal aproveitadas casas do forte, transformando-as em quartéis para soldados, limpando-o e aumentando-lhe as defezas, trabalhando desde o nascer do sol até noite alta, durante a sua nova permanencia na região, da qual só a doença proveniente de um trabalho excessivo o fez retirar, realizou obras materiais e intellectuais, conhecidas só de quem as viu ou de quem podésse confrontá-las mentalmente, compreendendo-as, *tais como esse campo de tiro do forte, que hoje ninguem sabe que foi uma mata cerrada*, que custou longos meses de trabalho e de direcção, sua e do seu successor, e a saude de muitos dedicados soldados!

Para que o abandono de outros não podesse ser-lhe imputado, alguma coisa deixou registado na ordem n.º 13 de 4 de fevereiro de 1913.

Desde o original e completo *Estudo Etnografico* que foi entre todos os de Angola o primeiro, como se vê do documento entrado no quartel general sob o n.º 1053—Rq. de 27-6-913—estudos estes mais dificeis de iniciar do que de aperfeiçoar e sem os quais não ha códigos nem bases para se saber governar um povo—até ao modesto *Serviço Agricola* da ampliação da horta (granja para os soldados e suas mulheres) e da sementeira de eucaliptos para beneficiarem o ambiente dos vindouros, recomendando esta pela ordem final n.º 99 de 7 de dezembro de 1912, esse official inspirava-se bem numa vasta obra de futuro, cumprindo de iniciativa propria aquilo que mais tarde, pela lei de 5-8-914, havia de constituir o primeiro dever expresso de um chefe de região (Base 38.^a da lei organica de administração colonial—estudar a região).

—Dizia Gallieni: «Qualquer official que consegue organizar uma carta etnográfica, suficientemente exacta da região, está bem proximo de obter a pacificação completa e de lhe dar a mais conveniente organização».

Esta «Etnografia» foi mais um trabalho oficialmente publicado pela Imprensa Nacional de Loanda (1916).

Utilizando admiravelmente a posse de Caculo Cahenda para o reconhecimento da parte ao sul do Dande e para base de operações, elaborou uma *Monografia dos Dembos* (tribus, armas, rios, caminhos, flora, fauna, minas, diplomacia ou política a usar com cada povo, etc.) que, pelo seu volume, codificação e revelações da região, merecia também a consideração oficial de, pelo menos, ser apontado á grande maioria dos funcionarios que passam o tempo sem nada produzirem (o que aliás é mais conveniente do que produzirem mal). Mas o seu autor não deixou perder o seu trabalho. Como nunca seguiu esse anti-patriótico costume dos mediocres de esconder o que sabia, para fazer sentir a sua falta, ofereceu cópia desse estudo á capitania-mór (como consta do agradecimento e do Rq. 1053 entrado no Quartel General), resolvendo por fim dar-lhe publicidade.

O estudo da região fê-lo, igualmente, sob o ponto de vista militar, elaborando os «*Projectos de Ocupação dos Dembos, ou diplomaticamente ou pela força*», os quais já foram publicados na *Revista Militar* n.ºs 9 e 10 de 1914.

Segundo estes trabalhos, a região bastava ser ocupada por cinco fortes, junto das banzas dos maiores potentados, sendo o 1.º forte no N'Gombe Amuquiama (N.O.), o 2.º nos Mahungos de N.E. perto do Dande; o 3.º no M'Bula Atumba, perto do Zenza, para influir a S.E. no N'Gonguembo; e o 4.º no Muando (S.O.) como atrás ficou dito, tendo por centro a séde da capitania.

Senhor do extenso dembado de Caculo Cahenda, esse official precisava sómente de 305 (trezentos e cinco) homens, isto é, um numero muito inferior á guarnição que mal continha o triste Cazuangongo desde 1907 (apenas pelo Sul) para ocupar metódica e eficazmente os Dembos, ao mesmo tempo que ponderava, quasi implorando que não esquecessem o valor da posse de Caculo Cahenda, *cujá alteração de ordem nem trezentos homens a normalizariam.*

Estes projectos foram textualmente exarados nas Ordens de 1912, para os pósteros os poderem aproveitar ou julgar e orientarem toda a sua política.

*

*

*

Não parou aqui a silenciosa obra civil e militar de esse pioneiro, desse campeão, que representa, pelo menos, a História dos Dembos desde 1909 a 1912, além da que irá representar em 1913, obra que nem iria terminar ao pugar, entre outros documentos, no n.º 4.º dos preparativos da «Hipótese de Operações», na imprensa (V. «O Progresso» de Loanda, n.º 3 de 1913) e pessoalmente como adjunto do quartel general, pelo estabelecimento de um *Posto Militar em Calunga*, que veio a ser criado pela P. n.º 748 de 3 de julho, para se não trazer de S. Antonio de Caculo para as portas de Loanda (Calunga) a séde da nova capitania, só porque comodidades de família e de burocracia se pretendiam colocar acima dos grandes trabalhos militares que exigia a região, ao contrário do artigo 4.º da ordem n.º 1 de 5 de maio de 1913, pela qual o primeiro capitão-mór João Francisco (Parreira) declarou a séde natural da capitania na saudavel altitude de S. Antonio de Caculo Cahenda.

Não eram sómente as comodidades de família—de que aliás D. M., á custa de mil incomodos por ambas as vezes se separou, visto que essas comodidades eram incompatíveis com a verdadeira luta, em que sósinho se deve empenhar o militar que se dispõe a trabalhar e não apenas a fiscalizar a sua percentagem do imposto de cubata—que promoviam a vinda da séde da capitania para Calunga, para fóra da divisão administrativa dos Dembos e contra todos os principios e regulamentos que a determinam no ponto mais avançado, era também já o resurgimento de essa tentativa de apagarem o fóco luminoso de Caculo Cahenda que... já ninguem pode apagar.

Finalmente, o autor de tudo isto escreveu a *Historia dos Dembos*, à custa de mil pesquisas e dos seus excepcionais conhecimentos da região, historia que aqui se apresenta ampliada com o titulo *Os Dembos nos Anais de Angola e Congo*.

Quando o segundo capitão-mór (J. A. P.), official da coluna de 1907, chegou á região e viu estes trabalhos dirigiu espontaneamente ao seu autor, as seguintes linhas: «*O relevante ser-*

viço do avanço para Caculo, os seus importantes trabalhos nos Dembos e a historia que escreveu de este imenso país honram o seu nome, e ainda mais."

Um comandante militar do Lombige (A. A.), noutro rasgo de justiça, dessa justiça que não se pode negar, referindo-se aos trabalhos que o seu antecessor lhe marcou, diz incidentemente na sua confidencial n.º 2 de 23-7-910, para o governador geral: "*David Magno sofreu todas as privações e prestou relevantes serviços á Patria*".

Relativamente á *Evolução dos Povos*, este oficial conseguiu o seguinte, sem estrangular as seculares tradições do gentio, porque este não se civilisa de um dia para o outro, por uma ordem ou decreto, lisonjeiro resultado que se deve a todos os comandantes militares:

— que, não havendo fundos, o gentio nos vendêsse a alimentação dos soldados indigenas, por vezes a troco de vales, confiando da nossa rubrica num papel como nós numa nota do Banco;

— que fizesse os seus enterramentos fóra das vistas e dos caminhos do forte;

— que não arrastasse pela povoação os cadaveres das vítimas dos "juramentos da casca";

— que nos fizessem queixa dos desmandos dos soldados para nós os castigarmos (o que sempre fizemos rigorosamente e por meios extraordinarios);

— que nos apresentassem para serem punidos por nós, os naturais que delinquissem perante nós;

— para que dessem livre transito ao gentio dos sobados vizinhos seus inimigos;

— para que não dificultassem as ligações com as mulheres da terra e as facilitassem (o que muito aperta os laços entre oprimidos e dominadores e evita a deserção dos soldados);

— para que aconselhassem os homens e rapazes a trabalhar, servindo de carregadores;

— para tratar pessoalmente com o comandante e não por meio de cartas de officio, que dificultavam entendimentos e davam menos ideia de subordinação;

— para que capinassem até dois quilometros das suas povoações;

— Etc.

Se alguma vez succeder alguma excepção, provar-se ha que o expandido não é por isso menos absolutamente exacto (*V. Boletins da Sociedade de Geografia*).

Raros exemplos haverá de, em tão curto periodo, um funcionario administrativo conseguir tanta verdadeira etapa progressiva (mais dificeis por serem todas as primeiras ou originaes) numa região resistente á civilisação, onde as mais rudimentares concessões do gentio, astuto e desconfiadissimo, custaram exforços de intellecto e de tenacidade; — numa região em bruto desde os tempos do «pai Adão», sem facilidades de especie alguma, pelo contrário sendo, além de geralmente insalubre, flagelada pela tzé-tzé, de que os europeus não estão infelizmente indemnes; — numa região onde, por cima de tudo isto, a pessima situação topografica e respectivas condições higienicas do pôsto de Maravila, colocado á entrada dos Dembos para entretenimento do Cazuangongo e que por um inexplicavel fenomeno administrativo, politico e militar se não desloca para o N'Gombe Amuquiama, como propôs o seu proprio patrono, quer directa quer indirectamente, a bem ou a mal, *concorre para neutralizar a maior parte da acção exercida pelo forte de Caculo Cahenda.*

Além da série de trabalhos descritos, todos obra das suas mãos ou resultado das suas pugnas contra indiferenças, resistencias e invejas, durante desoito meses, conforme o comprovam os livros de correspondencia e relatorios mensais;

Além, ainda, dos grandes serviços prestados ao Erário e sobretudo á Humanidade, que a consciencia desse official regista no seu activo, poupando desastres ou inuteis derramamentos de sangue, no Muando, em 1909¹, no Caculo Congola em 1911² e no N'Gonguembo em 1913³, o mesmo official fez mais :

Fez a campanha de 1913 (constituindo o seu unico «estado maior») descrevendo com o seu exclusivo conhecimento de causa

¹ Testemunho, o do comandante A. Dias Bargão.

² V. Processos do Caculo Congola e dos Dembos, no Q. G.

³ V. Projecto, entrado no Q. G. em 31-3-913.

a sublevação e as operações, gravando a verdade em páginas indeléveis no «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa»¹, páginas documentadas que completam, confirmam e elevam esta série de conquistas morais e materiais, todas estas Etapas Progressivas — por sinal as únicas em toda esta longa historia da imensa região dos Dembos, tendo custado tanto que as ha incomparavelmente maiores que custaram muitissimo menos.

Um dos melhores governadores da Lunda, a pag. 81 do seu Relatorio de 15-2-1909, diz que só a abertura da primeira carreira nestes sertões ou o derramamento das primeiras luzes civilisadoras devem constituir orgulho ou verdadeiro titulo de gloria para um official.

Com efeito, esse pioneiro que em tão pouco tempo, numa região tão ingrata e abandonada tanto alicerce abriu e tanta semente lançou á terra, tambem se honra incomparavelmente mais com os serviços que realmente prestou do que com qualquer dessas condecorações que ás vezes, só por um pequeno incidente, ou pretexto, rotulam o que não é.

Por ultimo aconselhou mil vezes que esperassem um pouco pela oportunidade da cobrança do imposto de cubata, porque, cobrar tributos numa região, não civilisada, antes de ser occupada um pouco suficientemente e que, portanto, se devia considerar mobilisada para qualquer revolta, numa região em que, por esta nossa mesma falta de força, o gentio ainda mal tinha começado a trocar a espingarda pela enxada; — seria uma asneira que deixaria atrás de si uma rasteira de café e borracha, misturados com suor e sangue de preto.

Se David Magno, nestas condições, se deixasse obcecar pela tentadora percentagem da cobrança, desonraria os intuitos desinteressados, puramente patrioticos e civilisadores, com que *seis meses por uma vez e um ano por outra, isolado, sózinho, e sem colaboradores morais ou intellectuais de especie alguma* aqui ergueu e manteve bem alto o prestigio da soberania portuguesa através das maiores vicissitudes e tão alto que, com essas diminutas forças dos seus projectos, teria levado, sem um tiro, a conquista do Zenza a além do Dande.

¹ V. Boletins relativos a outubro e dezembro de 1916 (Officio n.º 16:645-I-2.º de 16-12-916 da S. G.)

*

* *

A *Revista Militar* tem-se por vezes ocupado desenvolvidamente com factos isolados ou com episodios relativos a obscuros soldados. Ocupando-se desta vez de actos valiosos, successivos e da iniciativa de um obscuro official a Revista é incapaz de servir desejos. Faz de boa fé Justiça áquele que ha de morrer na santa tranquillidade do seguinte pensamento :

*A Patria honrei ; e
Os Dembos me contemplan.*

DAVID J. G. MAGNO.

Cap.



Uma conferencia sobre submarinos e submersiveis feita na Escola de Guerra em 1916

(Continuado de pag. 131)

Mais claramente a classificação do submersivel e submarino depende da reserva da flutuação donde deriva o seu modo de manobrar. Reserva da flutuação é a diferença do pezo do navio e do pezo da agua do volume total quando imerso; refere-se em geral á percentagem do pezo total quando imerso, é claro que o seu maior valor representa maior segurança ou maior tendencia ao navio fluctuar.

Nos vapores de carga varia entre 25 a 40 % nos paquetes vai até 80 %, nos grandes trasatlanticos e nos perdreadnoughts chega a 100 %. É enormemente deminuida nos navios destinados a navegação sub-quatica, e emquanto nos *submarinos* é de 7 a 8 %, dos *submersiveis* varia entre 26 a 40 %.

Quem entra num submersivel, pela primeira vez, e o percorre prestando a sua atenção a tudo que se observa, admira como num espaço tão limitado, mas tão aproveitado, se accumula tanta energia, tanta sciencia e os mais belos exemplares das industrias, mecanicas e electricas. Não cabe no espaço limitado de uma conferencia, estudar detalhadamente o submersivel e os seus maquinismos e somos obrigados rapidamente corrêr por todos os assuntos a fim de conseguir deixar uma ideia geral de tão prodigiosa manifestação da inteligencia. Dessa primeira visita, e para quem conhece o torpedo automovel Whitehead, a que já nos referimos, parece-lhe que o proprio submersivel é um grande torpedo, onde o homem no seu interior dirige e comanda a maquina e todos os orgãos de direcção, profundidade e visibilidade, até á proximidade do inimigo, contra o qual lança a massa explosiva que o hade destruir (Fig. 5).

Dividiremos o estudo do submersível nas partes seguintes: Casco, motor, imersão e emergência, órgãos de visibilidade, armamento, emprego na guerra seu valor como arma de combate, e os actuais submersíveis.

Como todas as construções actuais o casco, é todo de aço. O problema é bem complexo para o constructor pois que presica obter:

1.º—Boas qualidades nauticas imerso e á superficie;

2.º—A menór resistencia ao movimento;

3.º—Resistencia do casco á pressão hidrostática, até profundidades superiores a 40 metros, sem deformação;

4.º—Estabilidade sufficiente;

5.º—A maior velocidade á superficie e imerso;

6.º—O maior raio de acção;

7.º—Facilidade e rapidez de manobra.

Todas estas qualidades implicam mais ou menos com a forma. A forma mais racional sendo o submersível destinado a navegar, de uma maneira muito semelhante á natação do peixe, seria copiar a forma que a propria natureza indicava; mas nem sempre é possivel em tudo imitar os sabios conselhos da natureza e assim succede com o submersível, pois que os órgãos de propolsão, a mobilidade, a elasticidade, a plasticidade do corpo do animal não podendo ser reproduzida na construção metálica, bem depressa se reconheceu que aquela forma não poderia ser adoptada.

Os navios tipos aprovimam-se no sentido longitudinal, constituidos por um largo tubo terminado em fôrma mais ou me-

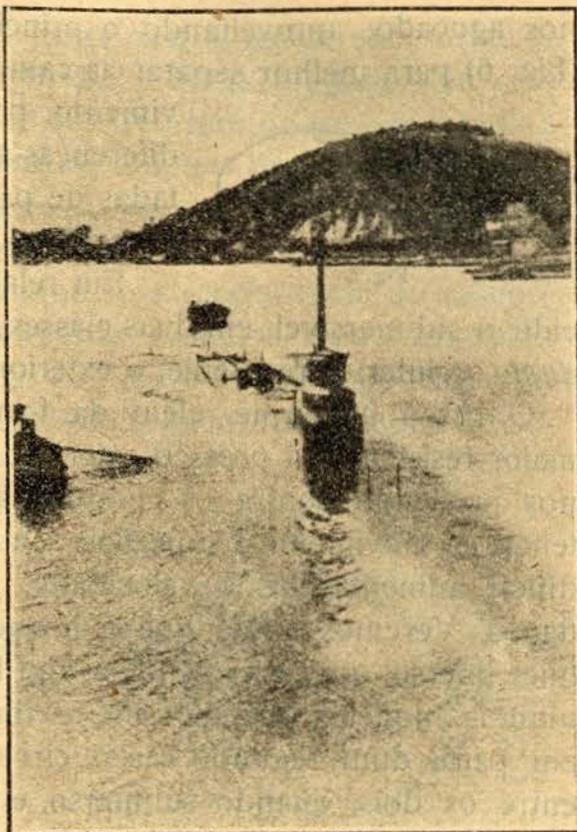


Fig. 5

nos aguçado, aproveitando o principio de cunhas de ogiva, (Fig. 6) para melhor separar as camadas de agua no seu movimento,

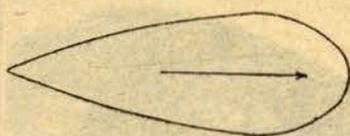


Fig. 6

porém, a secção recta, as diferenças são grandes e fundamentadas de parte a parte com bons argumentos.

Em relação á forma podemos dividir o submersível, em duas classes; o *casco fusiforme e casco duplo*, o interior resistente, o exterior em forma de navio.

O casco fusiforme, além da forma mais propria para a maior resistencia á pressão exterior, é o mais leve mas o menos protegido contra os choques, apresenta a minima resistencia ao movimento á superficie, e a maior todo imerso, sendo difficil aumentar-lhe a velocidade, quando navega debaixo d'agua. Veremos ainda que é o que tem menor estabilidade quer imerso, quer emerso; É o tipo Holland, O seu autor nos ultimos modelos remediou-lhe os inconvenientes, cobrindo-o em parte dum segundo casco, circulando a agua livremente entre os dois, quando submerso, e esgotando-se-lhe a agua, quando navega á superficie, obtendo duas fórmás diferentes, cada uma necessaria aos dois modos de navegar.

Assim se aproxima a classe fusiforme da segunda, ficando pois nos modelos mais modernos um tipo unico, o casco duplo, o interior casco resistente, sendo este completo, tipo Holland e Krupp, ou então não acompanhando o casco interior até ás extremidades, tipo Labeuf, Lake e Laurenti.

Fica o tipo geral constituido por um casco resistente, indeformavel ás maiores pressões, superiores a 40 metros, de forma cilindrica ou conica e fechado por duas anteparas e nestas portas estanques, que o comunicam com os compartimentos extremos do navio, de resistencia inferior, mas ainda sufficiente; no outro modelo o casco resistente é completo e em todos os casos as anteparas estanques com as respectivas portas de comunicação, são numerosas para que assim o navio possa ser dividido em muitos compartimentos estanques, de forma que qualquer deles evadido pela agua não comprêta a flutuabilidade do submersível.

Existe pois um casco exterior, protector do resistente, e que permite obter formas diferentes, pela circulação da agua entre os dois cascos, quando imerso, e por ausencia da parte

dessa agua quando emerso. Entre os dois cascos encontram-se os tanques para agua, que produz a imersão estatica, ou para regular a linha de agua que o barco tem de procurar para a imersão dinamica, bem como os tanques que permitem regular, pelas mudanças de pezo de vante para ré, a posição do submersivel debaixo de agua.

A disposição destes tanques e a secção recta do casco é qua difere bastante nos diferentes modelos, longo seria enumerar as razões apresentadas pró e contra cada modelo.

As figuras mostram a deversidade de forma adotadas. (Fig. 7, Fig. 8 e Fig. 9).

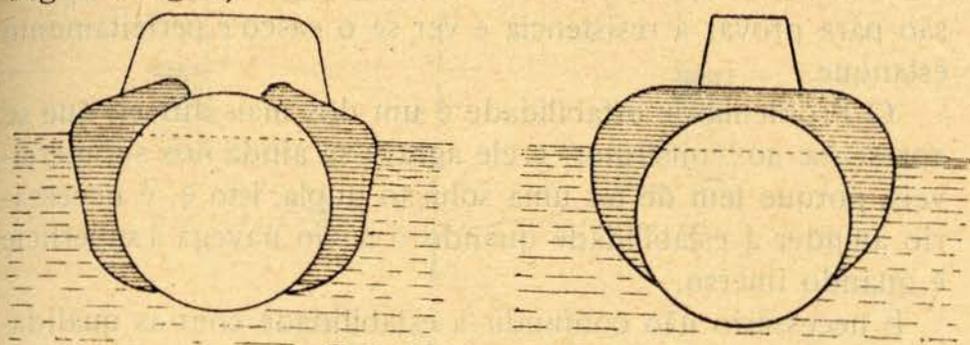


Fig. 7

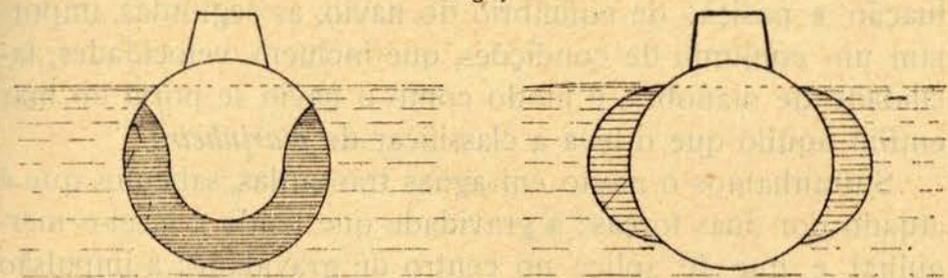


Fig. 8

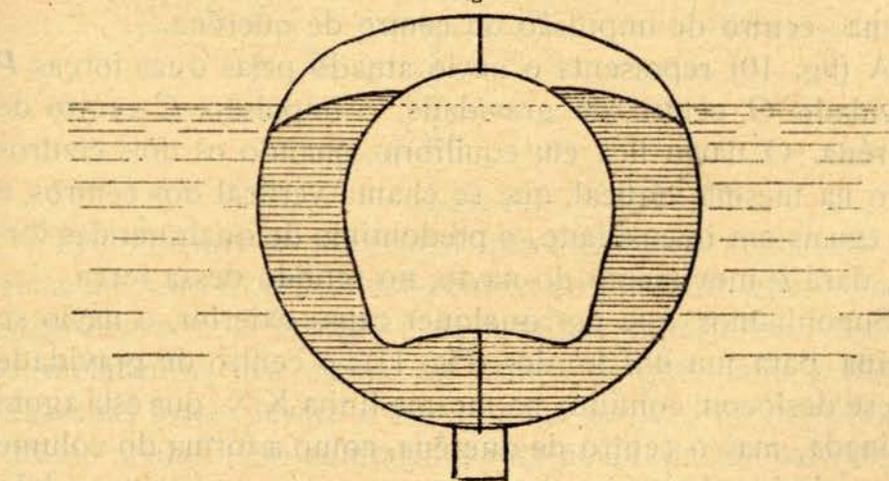


Fig. 9

A construção do casco é objecto dos maiores cuidados, o aço empregado é do melhor, aço cromo-niquel, ou aço ao tungsténio, as vedações devem ser perfeitas, igualmente as portas estanques e escotilhas devem vedar por completo a entrada de agua.

As escotilhas são sempre em pequeno numero, não superior a cinco incluindo a da torre do comando, fechadas por portas, de fóra para dentro apertadas por parafusos sobre vedações de borracha.

Terminado o casco entra num largo tubo fechado nas extremidades, no qual, depois de cheio de agua, se eleva a pressão para provar a resistencia e ver se o casco é perfeitamente estanque.

O Problema de estabilidade é um dos mais dificeis que se apresenta ao construtor, e ele agrava-se ainda nos submersiveis, porque tem de ter uma solução dupla, isto é, é necessario atender á estabilidade quando o navio navega á superficie e quando imerso.

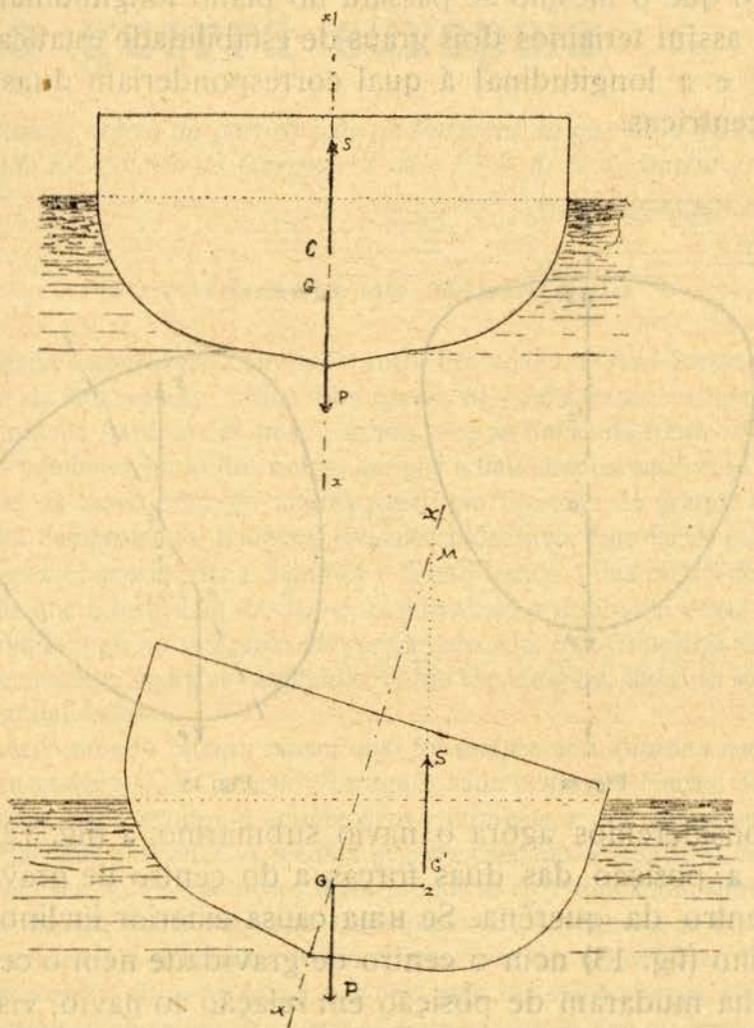
É necessario não confundir a estabilidade com as qualidades nauticas do navio; enquanto que aquella se refere á flutuação e posição de equilibrio do navio, as segundas, importam um conjunto de condições, que incluem, velocidades, facilidade de manobra, e modo como o navio se porta no mar enfim aquilo que o leva a classificar de *marinheiro*.

Supunhamos o navio em aguas tranquilas, sabemos que é atuado por duas forças; a gravidade que tende a fazel-o mergulhar e que se aplica no centro de gravidade; a impulsão que atua no centro de gravidade de agua deslocada e que se chama: centro de impulsão ou centro de querêna.

A (fig. 10) representa o navio atuado pelas duas forças P gravidade G centro de gravidade, S impulsão, C centro de querêna. O navio fica em equilibrio, quando os dois centros estão na mesma vèrtical, que se chama vertical dos centros, e são eguais em intensidade, o predominio de qualquer das forças, dará o movimento do navio, no sentido dessa força.

Supunhamos que por qualquer causa exterior, o navio se inclina para um dos bordos (Fig. 11); o centro de gravidade não se deslocou, continua na mesma linha XX' que está agora inclinada, mas o centro de querêna, como a fórma do volume dagua deslocado varia, deslocou-se, e veio ocupar a posição

c' , nenhuma das forças varia de intensidade, visto não ter variado nem o pezo do navio, nem o pezo da agua deslocado, continuam paralelas e em sentido contrario, formam agora um binario, que tende a fazer girar o navio, e o problema reduz-se a dispôr as cousas de modo que essa rotação seja em sentido contrario áquele que lhe produziu a causa exterior, opondo-se assim ao afundamento do navio.



Figs. 10 e 11

Prolongando-se a vertical que passa pelo centro da que-rêna encontra a vertical dos centros no ponto M, que se chama *méta-centro*, cuja posição é da máxima importancia; assim, se o métacentro fica acima do centro de gravidade, o binario das duas forças levará o navio á sua posição de equilibrio, se ficasse abaixo pelo contrario a rotação produzida pelo binario iria aumentar a inclinação do navio e o faria afundar. O mo-

mento do binario, produto da intensidade de uma das forças pelo braço da alavanca, define o seu efeito, chama-se *braço de energia*, e do seu comprimento depende a estabilidade, convem que o braço seja grande e como se vê na figura ele depende da distancia de M a C qu se chama altura *métacentrica*.

Considerámos o que se passava numa secção transveesal, é claro que o mesmo se passará no plano longitudinal do navio, e assim teriamos dois graus de estabilidade estatica, transversal e a longitudinal á qual corresponderiam duas alturas métacentricas.

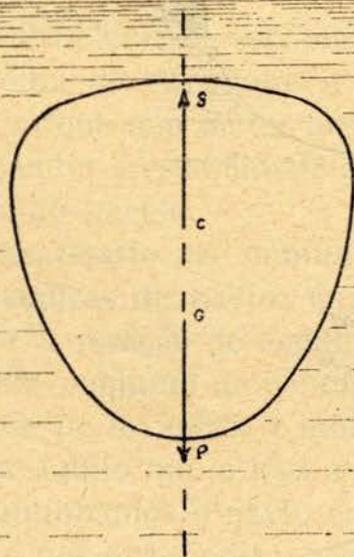


Fig. 12

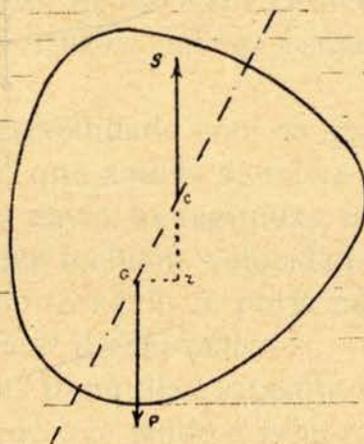


Fig. 13

Consideremos agora o navio submarino, a (fig. 12) representa a posição das duas forças a do centro de gravidade e do centro da querêna. Se uma causa exterior inclinou o submarino (fig. 13) nem o centro de gravidade nem o centro de querêna mudaram de posição em relação ao navio, visto nem o navio nem a agua deslocada terem mudado de pezo nem de forma, estão na mesma linha mediana $X X'$, as suas forças formam ainda o binario; a distancia métecentrica é a distancia entre o centro de gravidade e o da querêna, e dela depende o braço de energia, $G Z$, e portanto o momento do binario.

(Continúa)

Documentos para a historia da intervenção de Portugal na guerra europeia

Relatorio ácerca da participação de Portugal na guerra europeia, publicado no «Diario do Governo» I serie n.º 9, de 17 de janeiro de 1917

Presidencia do Ministerio

Assinada a convenção entre Portugal e a Gran-Bretanha, para os efeitos da intervenção militar portugueza na conflagração europeia; chegada a hora de partirem as nossas tropas para as linhas da frente occidental, onde irão combater junto dos nossos antigos e liais aliados, encerra-se um periodo que na nossa situação internacional, em presença do grande conflito que se está desenrolando, podemos considerar decisivo. Esse facto, para sempre notavel na historia patria, significa o termo logico duma cadeia dos acontecimentos que o tornavam inevitavel, e, é tambem a resultante duma atitude que, assumida logo no principio da guerra europeia, o povo portuguez, firme e inalteravelmente, manteve, aceitando, como lhe cumpria, todas as suas possíveis eventualidades.

O país, o mundo inteiro, sabem qual foi sempre essa atitude e conhecem esses acontecimentos. O Governo Portuguez nada ocultou á Nação, de que é representante, nada ocultou a amigos nem a inimigos, e por isso mesmo nada de essencial tem a revelar. Á medida que era chegado o momento das resoluções positivas, essas resoluções eram propostas ao Parlamento, submetidas á sancção do seu poder soberano. Cada periodo que requeria as suas declarações necessarias e marcava o termo de uma fase das negociações diplomaticas, dos acordos entre os dois países que, pela sua velha aliança, estavam e estão intimamente ligados, assinalava-se por essa sanção que o Governo imediatamente solicitava. Com a consciencia do dever cumprido, com a segurança de não haver esquecido a fidelidade devida aos compromissos de honra do país, nem o respeito pelos órgãos legitimos da vontade nacional, nem a superior preocupação dos altos interesses da patria, o Governo Portuguez considera-se no direito de afirmar que a sua acção neste grave e critico momento da nossa historia foi clara, explicita, franca, desassobrada e digna, como convinha ás tradições da gloriosa nacionalidade que representa perante o mundo. Não se envolveu em sombras, não se enleou em sofismas, não se retraiu, não tergiversou, não hesitou, não se desviou da linha de conduta que, ao ressoa-

rem os primeiros tiros do canhão do prélio gigantesco, serena, mas intrepidamente, resolveu tomar, com a certeza de interpretar fielmente os sentimentos da Nação.

Quando, findas as negociações internacionais pendentes. Portugal, como os outros países aliados, lhes der o seu remate diplomatico, publicando o seu *Livro Branco*, está verdadeiramente reconhecido, sem que nenhuma circunstancia, por minima que seja, possa de qualquer fórma invalidar a afirmação produzida, assim como desde já não é licito a ninguém contestar que a attitude assumida por Portugal foi sempre uma attitude logicamente orientada pelos seus honrados compromissos, pelos seus generosos sentimentos, pelos mais sagrados interesses da nação, e determinada pelas circumstancias que requeriam a execução desses compromissos, a expressão desses sentimentos e a salvaguarda desses interesses.

De tudo teve conhecimento o país. Não foi conservado na ignorancia de nenhuma das medidas officiaes que o Governo decidiu tomar em relação aos variados incidentes deste periodo que se abriu com o proprio inicio da conflagração europeia. Conhece os factos que nos pungem como conhece aqueles que nos nobilitam e compensam. Mas não ha duvida que esses factos se dispersam já num lapso de tempo relativamente grande como é tambem certo que ainda não foram devidamente concatenados, dando-se-lhes a necessaria sequencia e ligação. O Governo Português entende que é este o momento azado para a exposição official e justificativa dos motivos que levaram o nosso país á situação de guerra em que se encontra. Partem as nossas tropas para a frente occidental da Europa, onde vão terçar armas com o inimigo, como já em Africa com ele tem estado e estão em combate. Os soldados portugueses em toda a parte onde lhes é possível encontrar-se em contacto com o inimigo afrontam os seus golpes e saberão retribuir-lhes. Recordar as razões supremas que levaram a Patria a pedir-lhes o seu sacrificio e o seu heroismo, é um dever a que o Governo Português nunca pensaria eximir-se.

No dia 9 de março de 1916, a Alemanha declarou guerra a Portugal. Esse facto tem antecedentes e consequentes. Na nota entregue ao Governo Português, por ordem do Governo Imperial, pelo seu representante em Lisboa, o Sr. Rosen, os motivos dessa resolução são extensamente alegados, offendendo-se umas vezes propositadamente a verdade dos factos e desnaturando-se noutras a sua precisa significação. São esses antecedentes que convém fixar na exacta narrativa e no verdadeiro character dos acontecimentos e das suas determinantes. A attitude da Alemanha para com Portugal foi durante muito tempo enigmatica, dubia e desleal. A attitude de Portugal para com a Alemanha foi sempre clara, franca e insofismavel.

A conflagração europeia iniciou-se em 28 de julho de 1914 pela declaração de guerra da Austria á Servia, o que determinou a intervenção da Russia, a qual, fiel aos seus principios de protecção á raça slava, decidiu não consentir que esse pequeno país fosse sacrificado ás ambições que premeditavam esmagá-lo. Como a Alemanha era aliada da Austria, a Alemanha no dia 2 de

agosto declarava a guerra á Russia. É conveniente notar que esta guerra formidável em que hoje catorze povos se debatem, é uma guerra fundamentalmente de alianças. Quase todas essas nações nada teem directamente com a questão inicial do conflito. Lutam pelas suas alianças. Lutam porque comprehendem que, sem essas alianças, a sua existencia pode de um momento para o outro periclitar. O isolamento das nações europeias já não é possível sem graves riscos. Ligou-se á França o colosso moscovita. A propria Inglaterra, apesar do seu poderio, dos seus inegualaveis recursos, e da sua privilegiada posição geografica, rennnciou, mercê de uma larga visão polifíca, á sua antiga situação internacional, criando, com a França e a Russia, a *Triple Entente*. Até uma potencia asiatica, o Japão, procurou na Európa uma aliança, a da Inglaterra. A Turquia e a Bulgaria tornaram-se aliadas da Alemanha, levadas a isso pela presente guerra, como a Italia, a Belgica, a Servia, o Montenegro, a Romenia, o são hoje, nas mesmas condições, das potencias da *Entente*. Fóra desses grupos, mais ou menos recentes, de alianças, só ha um país, ha seculos aliado da Inglaterra. Esse país é Portugal.

Se esta guerra é de alianças porque, invocando alianças, as nações se batem entre si, qual poderia ser a situação de Portugal desde que no dia 5 de Agosto de 1914 a Inglaterra, em consequencia da violação da neutralidade da Belgica, se considerou em estado de guerra com a Alemanha? Poderia ele declarar a sua neutralidade? Supô-lo é ignorar fundamentalmente o caracter, as tradições, o espirito e o proprio estado actual da aliança anglo-lusa.

Precisamente, pouco mais de dois anos antes de rebentar a conflagração, em 15 de março de 1912, o Sr. Dr. Augusto de Vasconcelos, então Presidente do Ministerio e Ministro dos Negocios Estrangeiros, tivera ensejo de apresentar ao parlamento — em conformidade com os textos dos tratados em vigor, entre os dois países, até 1815, que o Governo Britanico apresentára á Camara dos Lords, em Dezembro de 1898 — a codificação das clausulas desses tratados que ha seis seculos ligam a Inglaterra a Portugal. O primeiro desses tratados, que o chefe do Governo Português enumerou, é o de 1373 entre Eduardo, rei de Inglaterra e França, e D. Fernando rei de Portugal e dos Algarves. Seguem-se os de 1386, 1642, 1654, 1660, 1661, 1703, e o tratado de 1815, de Viena. Por meio das clausulas essenciais que, em conformidade com esses textos em vigor, apresentados pelo Governo Britanico á Camara dos Lords, na data referida, se fixaram, os diversos tratados anglo-portugueses, sempre reconhecidos e acatados tanto pela Inglaterra como por Portugal, ficaram constituindo como que um unico tratado, actualizando um pacto internacional que é o mais antigo que se tem mantido na Europa e que indissolavelmente une os dois países. A impressão causada por essa nova e categorica confirmação da aliança foi tão viva que o Parlamento resolveu que o discurso do chefe do Governo, em que ela se continha, fosse impresso, enviado a todas as autoridades e afixado nos lugares publicos.

Estava, pois, bem recente a recordação dos textos da aliança, reavivada apenas porque ela nunca deixou de ser considerada pelo povo português como uma das bases de desenvolvimento da nacionalidade. Ninguem em Portugal ignorava o compromisso desde longos seculos tomado entrê os dois países, e que mais uma vez se acentuara com tão solenes declarações, e o Governo Português só tinha de inspirar-se nos deveres e nos sentimentos nacionais,

como o Governo Britânico não podia esquecer essa velha aliança que fôra, durante largo tempo, a única a que se encontrara ligado. Por isso, quando, em 5 de agosto, a Inglaterra ficou em estado de guerra com a Alemanha, imediatamente se assentou na abstenção de qualquer declaração de neutralidade portugêsa. Na sessão de 7 de agosto de 1914, o Governo Português convocava o Parlamento para lhe pedir que o habilitasse com as facilidades necessárias para fazer face ás dificuldades que internamente podessem surgir como consequencias da guerra, e, em relação á situação externa, á lia o Sr. Dr. Bernardino Machado, então Presidente do Ministerio, a seguinte declaração, que foi unanimemente sancionada pelo Parlamento e entusiasticamente sublinhada pelas manifestações da opinião publica :

«Logo após a proclamação da Republica todas as nações se apressaram a declarar-nos a sua amizade e uma delas, a Inglaterra, a sua aliança. Por nossa parte, temos feito, incessantemente, tudo para corresponder a essa amizade que deveras presamos, sem nenhum esquecimento, porém, dos deveres de aliança que livremente contraímos e a que em circumstancia alguma faltariamos. Tal é a politica internacional de concordia e de dignidade que este Governo timbra em continuar, certo de que assim solidariza indissolivelmente os votos do venerando Chefe do Estado com o consentimento colectivo do Congresso e do povo portugêsa».

*
* *
*

Foi este o primeiro documento oficial, publico, da attitude de Portugal perante o conflito europeu. Não se declarou a neutralidade; afirmou-se, pelo contrario, o propósito seguro e decidido de cumprir todos os deveres de aliança com uma das nações em guerra, «deveres a que em circumstancia alguma faltariamos». O compromisso de auxiliar a Inglaterra, em tudo quanto nos fosse possivel, estava contido nessa declaração, em que se assegurava uma lealdade absoluta á aliança livremente contraída, e na qual os dois países se obrigam a mutuamente se coadjuvarem nas horas de perigo. Não podia a Alemanha alegar ignorancia das disposições em que Portugal se encontrava, e que oficialmente, no Parlamento, o seu Governo havia expressado. Não as ignorava o seu representante em Lisboa, e por isso a nota da declaração da guerra propositadamente adultera os factos quando apresenta as facilidades e auxilios que dispensamos á nossa aliada até esse momento como uma prova de deslealdade em relação á Alemanha e um testemunho de vassalagem em relação á Inglaterra. Portugal procedeu para com a Inglaterra como a Inglaterra procederia para com Portugal em identicas condições, isto é, cumprindo fielmente os deveres duma aliança que por igual obriga e nobilita os povos que a contraíram, e que desassombadamente a invocarão sempre, sem que, nem por sombras, procurem iludir as suas responsabilidades ou eximir-se ás consequencias, quaisquer que elas sejam, que do cumprimento desses deveres lhes resultem.

Tomado o compromisso solene de 7 de Agosto de 1914, êle não significou, porém, que tivéssemos em mira hostilizar a Alemanha. Como desse com-

promisso se concluía, Portugal ficava numa espectraliva. Afirmara os seus sentimentos, declarara que mantinha, em todos os seus termos e clausulas, a aliança que o ligava a um dos países em luta, mas os acontecimentos da guerra, a invocação dessa aliança é que decidiriam a sua acção. A nota da declaração de guerra alude, como a um dos agravos feitos por Portugal á Alemanha, ás expedições que foram enviadas a Africa, e a primeira das quais começou a organizar-se logo nos primeiros dias da guerra, acrescentando que se disse então abertamente que ela era dirigida contra os alemães. Não há nenhuma declaração official nesse sentido. Essas tropas partiram como reforço ás guarnições militares das nossas colonias de Angola e Moçambique, limitrofes de presumíveis teatros de guerra. O pensamento do Governo Português, que seria o de todos os governos, em condições semelhantes, mesmo neutrais, foi um pensamento preventivo, baseado na defesa dos nossos territorios. Não tardou muito que os factos claramente demonstrassem que esse pensamento não obedecia a um infundado receio, mas sim a uma previsão segura, que o aggressivo temperamento alemão plenamente justificava.

Dezanove dias apenas tinham decorrido desde que a Alemanha estava em guerra com a Gran-Bretanha, e no dia 24 de Agosto de 1914, em regiões afastadissimas dos campos de batalha da Europa, onde a sorte da guerra se tem de decidir, um posto português da Africa Oriental, situado no norte da colonia de Moçambique e fronteiro da colonia alemã, o posto de Maziua, era traiçoeiramente atacado, de madrugada, por uma força germanica, composta de cipais e varios auxiliares armados. O chefe do posto, surpreendido no leito, foi morto a tiro, quando saía do seu quarto, despertado pelo ruído do assalto, não sofrendo a mesma sorte a pequena guarnição desse posto porque conseguira fugir para o mato, reconhecendo a desproporção das suas forças em presença do numero dos assaltantes. Os alemães entraram no posto, apoderaram-se de todos os valores que lá encontraram, e em seguida incendiaram-no. O mesmo fizeram ás palhotas anexas e até a uma pequena povoação proxima: Foi tudo pasto das chamas.

Estava derramado o nosso primeiro sangue, e quem o derramava eram os alemães, sem que Portugal os houvesse hostilizado. Os alemães continuavam em territorio português, fazendo os seus negocios, vivendo desafogadamente, quer na metropole, quer nas ilhas e colonias, sem que ninguem os importunasse ou agredisse. O Ministro da Alemanha permanecia tranquilamente em Lisboa, sem que o seu Governo fizesse reparo á declaração parlamentar de 7 de agosto, o que aliás era natural, porque a Alemanha bem sabia que eramos aliados da Inglaterra e por isso haviamos de respeitar e cumprir, em qualquer eventualidade, os deveres da aliança. Nem seria a Alemanha, que, invocando uma aliança, entrara na guerra, quem pudesse estranhar, sequer que os outros povos ás suas alianças se mantivessem fieis. Todavia, breve se reconheceu que o ataque ao posto de Maziua obedecia a um plano destinado a executar-se logo que um conflito se estabelecesse entre o seu país e Portugal ou a Inglaterra, porque da Inglaterra Portugal era aliado. Não é crível que um pequeno nucleo de alemães tomasse, sem nenhuma especie de hostilidade manifestada pelos seus vizinhos, uma iniciativa tão grave, se não estivessem certos de que do plano de conquista do seu Governo fazia parte a in-

vasão das nossas colonias. Os assaltantes possuíam fotografias do posto de Maziua. Haviam conseguido obtê-las anteriormente, e não lhes fora isso difícil porque como amigos se apresentavam, acalentando já no íntimo os projectos da traição e da chacina. Desencadeada a guerra, eles pensavam na invasão das nossas colonias, e esse pensamento ainda mais se patenteou pouco depois nas incursões de Naulila e de Cuangar. Não puderam levar por diante os seus propositos, mas ficou bem marcada a sua intenção, demonstrando qual seria a sorte das nossas colonias africanas se porventura a vitória coroasse os designios imperialistas da Alemanha.

O sangue português correrá primeiro do que o alemão. Os processos que os alemães contra nós empregaram na Africa, sem que os hostilizássemos, eram os mesmos que tinham empregado na Europa; a cilada, a traição, a matança, o incendio e o saque. Renovaram a sua tentativa de incursão em 19 de Outubro, na fronteira de Angola, em Naulila, onde o bravo alferes Sereno lhes não consentiu que impunemente a realizassem. Para se vingarem, atacaram dias depois, em 30 do mesmo mês, a fortaleza de Cuangar, manifestando uma ferocidade sem limites. Alta noite, de surpresa, como em Maziua, entraram no forte e massacraram a guarnição, escapando só um cabo e duas praças indígenas, que conseguiram ocultar-se. Um comerciante que se encontrava no forte foi igualmente vítima do furor canibalesco dos alemães. Ao tenente Machado, amarraram-lhe uma corda ao pescoço, puxaram-no para fóra do seu quarto, e como êle pedia que o não torturassem, antes o matassem, prostaram-no com baionetadas no ventre. O tenente Durão foi morto em trajos menores, quando se levantava sobresaltado pela confusão do ataque. Tiveram a mesma sorte um sargento e muitas praças europeias e indígenas. Ao mesmo tempo uma metralhadora fazia fogo sobre o posto, do outro lado do rio. E é de reparar que, dias antes, portugueses e alemães tinham confraternizado em um almoço, onde ficara combinado advertirem-se lealmente se ordens recebessem no sentido de abrir hostilidades.

Como em Maziua, os alemães saquearam tudo o que havia na fortaleza, não escapando o que pertencia ao comerciante assassinado. Mandaram arrazar o forte pelo gentio que os acompanhava, e trataram de proseguir na sua obra de destruição. Marcharam pelo territorio português, levando tudo a ferro e fogo. Atacaram o posto de Bunja; queimaram o posto de Sambio; arrazaram o posto de Dirico, atacando-o com duas metralhadoras; tomaram o posto de Mucusso, aprisionando os soldados que lá se encontravam, mas que depois conseguiram fugir, com excepção apenas de dois. Este posto foi também arrazado. Só não se atreveram a atacar o posto de Cuanaval, porque sabiam que a sua guarnição estava em condições de lhes resistir.

São estes os factos, positivamente de guerra, e demonstrativos da hostilidade alemã, desde os inícios da conflagração europeia, que cumpre contrapor ás alegações da nota do Governo Imperial, na qual a Alemanha procura inculcar-se como vítima do nosso espirito agressivo.

Entretanto, na metropole, mas sem que esses factos pudessem ter exercido qualquer influencia nos sucessos de Africa, acima descritos — e as datas o comprovam — os acontecimentos fãam seguindo uma evolução natural, que a gravidade da guerra estabelecia e justificava. No dia 28 de setembro, um navio de guerra inglês, o *Argonaut*, vinha a Lisboa saudar, por ordem do seu

Governo, a bandeira portuguesa, e, decorrida apenas uma semana, no dia da festa nacional, em 5 de Outubro, um navio de guerra da França, o *Dupetit Thouars*, igualmente por ordem do seu Governo, e para o mesmo fim, veio também espontaneamente ao nosso porto, testemunhar as suas homenagens a Portugal, aliado da nobre nação, que ao lado da França combate desde os primeiros recontros com os alemães. Diz a nota da declaração de guerra, apresentada pelo sr. Rosen, que «o Governo Português apoiou desde o começo da guerra os inimigos do Imperio Alemão por actos contrarios á neutralidade.» O Governo Português prestou sempre á Inglaterra; em conformidade com os deveres da aliança e com a declaração de 7 de Agosto de 1914, os auxilios e facilidades que o Governo Britânico lhe solicitou. Mas nunca o fez subrepticamente, traiçoeiramente fê-lo sempre com lealdade e desassombro. A neutralidade nunca foi declarada por Portugal; nunca existiu. «Não abastecemos de carvão os navios alemães; os navios de guerra ingleses permaneceram nos nossos portos; entregamos um caça-torpedeiros á Inglaterra». Esses factos e outros que a nota alemã aponta, só poderiam ser imputados a Portugal como uma incorrecção ou uma deslealdade, se o Governo Português tivesse declarado a sua neutralidade. Ora, pelo contrario, a solidariedade com a Inglaterra fora oficialmente aprovada no Parlamento, pela declaração de que nunca faltariamos aos deveres da aliança, que deviamos e queriamos cumprir, mesmo á custa dos maiores e mais dolorosos sacrificios.

O Governo Português facultou á Inglaterra todo o auxilio, toda a cooperação de que ela careceu—acedendo sempre do melhor grado aos seus convites. Sustentou e inalteravelmente, sem hesitações nem receios, o claro e leal compromisso tomado. Nunca a nossa aliada recorreu ao esforço, á solidariedade de Portugal, que o não encontrasse singelamente, mas firmemente, ao seu lado. Deu-lhe o seu concurso moral e o seu concurso material, e tão disposto se mostrou a dispensar-lh'os em toda a latitude dos seus recursos, que, logo nos meados de Outubro de 1914—como o chefe do Governo que então se encontrava no Poder, o sr. dr. Bernardino Machado, mais tarde o acentuou na declaração ministerial de 2 de Dezembro desse ano—uma missão official de militares portugueses partiu, em virtude de negociações anteriores, para Londres, onde conferenciou com os altos representantes do exercito inglês sobre a nossa solidaria acção na campanha.

Foi essa missão recebida com os primores da mais viva simpatia, e, no acolhimento dispensado aos ilustres officiaes que a compunham, bem claramente ficou demonstrado o justo apreço em que eram tidos os nossos bravos soldados. O grande e malogrado Ministro da Guerra inglês, general Kitchener, dêsse apreço deu testemunho em carta dirigida ao Ministro da guerra português, general Pereira de Eça, ácerca dos trabalhos dessa missão, que também em França, onde esteve depois da sua ida a Londres, foi alvo de distincções que justificadamente desvaneceram o nosso país.

A situação de Portugal perante o conflito europeu tomava o aspecto que era de prevêr em face de compromisso estabelecido na declaração de 7 de Agosto. Por isso, o Governo Português, no dia 23 de Novembro de 1914, outra vez se apresentava ao Congresso da Republica, para lhe comunicar a nova fase a que a situação internacional chegara. Nessa sessão, o Sr. Dr. Bernar-

dino Machado. Presidente do Ministerio, apresentou a seguinte proposta de lei:

«E' o Poder Executivo autorizado a intervir militarmente na actual luta armada internacional, quando e como julgue necessario aos nossos altos interesses e deveres de nação livre e aliada da Inglaterra, tomando para esse fim as providencias extraordinarias que as circunstancias de momento reclamem».

A seguir, o Sr. Presidente do Ministerio leu, em complemento da sua proposta, esta nota elucidativa, redigida por acordo entre os Governos Português e Inglês:

«Logo no principio da guerra, Portugal afirmou espontaneamente que estava pronto, como aliado da Grã-Bretanha, a dar-lhe todo o concurso. O Governo Inglês, apreciando altamente este claro testemunho de cordeal solidariedade, convidou, com estranhavel reconhecimento, o Governo Português a contribuir de facto, consoante entre ambos se estipulasse, com a sua cooperação militar. E por este modo os dois Governos assegurarão os fins da aliança, ha seculos já subsistente entre as suas nações, e cuja manutenção tanto é do interesse comum duma e doutra».

O Parlamento saudou, com aplausos, a leitura desta nota, e a proposta do Governo foi aprovada.

* * *

A cooperação belica de Portugal ficou assim decidida, não se especificando, porém, o local em que se exerceria, e dependendo necessariamente a data dessa cooperação da organização militar a que o Governo Português imediatamente resolveu proceder. A falta de material com que lutava o nosso exercito, as deficiencias da sua organização, o que o país inteiro conhecia, e que resultavam do facto de durante longos anos se ter lamentavelmente descuido o problema militar em Portugal—problema a que as novas instituições portuguesas, logo após o seu advento, procuraram dar uma solução verdadeiramente nacional—tornavam manifestamente difficil, num breve praso, a constituição de efectivos convenientemente habilitados a entrar numa guerra em que milhões de homens lutam com os mais aperfeiçoados e formidaveis instrumentos de guerra. O Governo Português, porém, lançou imediatamente ombros a essa empresa, e pode afoitamente afirmar-se que ha muito já as nossas tropas combateriam juuto dos seus aliados na Europa, se novos e mais graves acontecimentos, ocorridos em Africa, o não levassem a fazer derivar para ali o nosso esforço immediato. Com effeito, em 18 do Dezembro desse mesmo anno, pouco mais de um mês após a sessão parlamentar em que fôra resolvida em principio a cooperação militar de Portugal na guerra, dava-se

um sangrento combate em Naulila, entre as tropas expedicionarias commandadas pelo coronel Roçadas e as forças alemãs da Damaralandia. Mais uma vez os alemães atravessaram a nossa fronteira de Angola, para nos atacar, tendo, tambem, provocado a insurreição entre os indigenas submetidos á nossa soberania. Travou-se combate, retirando, por fim, as tropas portuguesas, mas a vitória esteve indecisa, e foi tão precaria, que os alemães não proseguiram na sua marcha, voltando apressadamente aos seus territorios. De altos feitos de valor, praticados por officiaes e praças portuguesas nessa acção, igualmente teve o país, segundo veridicas informações, o mais amplo conhecimento.

O combate de Naulila não teria sido mais do que um incidente da guerra africana, e as nossas tropas preparavam-se para renovar a luta, até a invasão da colonia alemã e o desbarato dos seus defensores, se os rapidos progressos das forças sul-africanas, que combatiam os alemães da Damaralandia os não levassem a uma capitulação tão completa e tão rapida que não deu tempo a que as forças portuguesas tomassem sobre eles a desforra de todos os seus ataques. Sob a direcção do general Pereira d'Eça, que substituiu no commando da expedição o coronel Roçadas, as nossas tropas occuparam-se em reprimir a insurreição dos Cuanhamas, fomentada pelos alemães, sendo ella completamente debelada e rigorosamente punida.

No anno de 1915, apesar dos incidentes de ordem interna que o assinalaram, os trabalhos da organização militar proseguiram por forma a deixarem alimentar a fundada esperanza de que Portugal em breve possuiria um exercito digno das suas tradições e do lugar que occupa na Europa. Essa tarefa não cessou ainda, embora o Governo Português já hoje possa assegurar ao país, com a satisfação de um dever cumprido, que elle possui actualmente a força necessaria não só para a defesa do solo patrio como tambem para honrar os compromissos de uma aliança, que só por esse facto se encontra altamente valorizada.

Entretanto as aggressões germanicas não cessavam, embora o Governo Imperial, fingindo ignorar o que em Africa se passara, continuasse a manter em Lisboa o seu representante. No dia 3 de Abril, o vapor *Douro* foi ou metido a pique por um submarino, ou afundado por uma mina alemã, quando vinha em viagem de Cardiff para o Porto. Em fins de Maio, outro navio mercante português, o *Cisne*, foi igualmente afundado á entrada da Mancha. A este, um submarino alemão torpedeou-o depois de reconhecer a sua nacionalidade portuguesa, de ter apreendido os viveres que o navio conduzia, e de ter intimado a tripulação e a abandoná-lo.

O que o Governo Português não podia evitar, nem governo de nenhum país, nas suas condições, o poderia fazer, é que se sentissem dolorosamente entre nós, como nas nações em guerra ou neutrais da Europa se sentem tambem, as tremendas consequencias economicas da guerra. Sobretudo ellas produziram um extraordinario encarecimento da vida, agravando de preferencia as condições das classes mais desprotegidas da fortuna e pelas quais os governos mais zelosamente devem olhar. Dependentes da navegação estrangeira pela deficiencia da nossa marinha mercante; tendo essa navegação decrescido, em virtude dos perigos nas travessias em mares infestados de submarinos alemães, e havendo a falta de tonelagem elevado excessivamente o preço dos transportes, não só as nossas importações como a vinda dos productos colo-

niais se encontraram profundamente prejudicados. Era dever do Governo suprir essa deficiência, lançando mão dos meios precisos para esse fim. Um deles necessariamente se impunha: a utilização dos navios alemães.

Desde o começo da guerra estavam imobilizados nos nossos portos algumas dezenas de navios alemães, e que neles se haviam refugiado quando a guerra irrompera. Durante ano e meio, apesar de progressivamente se terem ido avolumando as dificuldades dos transportes, e de, por via delas, se ter agravado extraordinariamente a situação económica do país, o Governo Português evitou utilizar-se deles, embora uma crescente necessidade pública lho sugerisse, o nosso direito, interno e convencional, a isso plenamente o autorizasse, e as sucessivas agressões alemãs o justificassem. Chegou-se, porém, a um momento em que já não era possível, nem se poderia explicar, que esses navios permanecessem imóveis quando o país inteiro se debatia com uma temerosa crise de subsistências. Coincidia ainda com essa imperiosa necessidade do país, um não menor interesse da parte da nossa aliada, em que a tonelagem desses navios voltasse á circulação mercantil e a ela pudesse também aproveitar, representando assim mais um daqueles auxílios que Portugal, pelos deveres da sua aliança, e em conformidade com a sua declarada atitude, desde o principio da guerra, jámais deixou de lhe prestar, sempre que lhe foram solicitados.

Mas o nosso acto, por isso mesmo que daria importantes vantagens á nação que a Alemanha considera o seu mais odiado inimigo, poderia ser malevolamente tomado por ela como pretexto para insofridas retaliações contra o povo português que já sofrera os seus barbaros ataques. Na previsão de tal eventualidade, compenetrando-se inteiramente das responsabilidades que conosco ia assumir, o Governo Inglês dirigiu ao Governo Português, em 17 de Fevereiro de 1916, por intermedio da Legação Britânica em Lisboa, a seguinte solicitação:

«Tendo resultado serias dificuldades para o commercio da presente escassez de navios, dificuldades que são sentidas não só na Gran-Bretanha, como também nos países que mantem com ela boas relações, e tendo Portugal, desde o inicio das hostilidades, mostrado invariavelmente completa dedicação pela sua antiga aliada, o Ministro de Sua Majestade, tem ordem, em nome do Governo de Sua Majestade, de instar com o Governo da Republica, em nome da Aliança, para que faça requisição de todos os navios inimigos surtos em postos portugueses, que serão utilizados para a navegação commercial portuguesa, e também entre Lisboa e os demais postos que se determinarem por accordo dos dois Governos».

No dia 23 de Fevereiro, o Governo Português requisitava, com effeito, os navios alemães fundeados nos portos nacionais.

O acto da requisição dos navios alemães teve de ser realizado duma maneira rapida e segura pelo receio de que os seus tripulantes os deteriorassem. Que não era injustificado esse receio prova-o o facto de nenhum desses navios ter deixado de sofrer avarias propositadas, que só não se tornaram irreparáveis pela precipitação com que foram cometidas. Ainda antes de se saber que essa requisição daria origem á declaração de guerra, já esses testemunhos de hostildade se produziam. Entretanto, o Governo Português nenhuma represalia tomou para com os seus autores.

No mesmo dia em que a requisição dos navios se efectuava, o Governo Português dirigiu ao seu representante em Berlim um telegrama em que o encarregava de comunicar essa resolução ao Governo Imperial, declarando-lhe ao mesmo tempo que a questão de direito fôra regulada num diploma legal, que definia a situação das tripulações, a questão das indemnizações, etc. Porém, quatro dias depois, o Sr. Rosen, Ministro da Alemanha em Lisboa, dirigia ao Ministro dos Negocios Estrangeiros uma nota em que qualificava de singular quebra de direito e acto de força a requisição dos navios alemães, solicitando, em nome do seu Governo, a immediata revogação daquela medida.

A resposta a esta nota foi enviada pelo Governo Português ao nosso Ministro em Berlim para dar immediato conhecimento ao Governo Alemão. O Governo Português acentuava que os navios alemães, immobilizados ha mais de dezoito meses nas aguas territoriais portuguezas, deviam ser considerados como abrangidos pelo principio geral do «dominio eminente», estando assim Portugal justificado de exercer sobre eles o mesmo direito que exerce, em casos eventuais sobre a propriedade de todas as pessoas dentro da sua jurisdicção, ou seja o direito de usar dela sempre que as necessidades do país o exigirem. Recordava que de modo semelhante procedera o Governo Italiano, sem protesto do Governo Imperial, requisitando os navios alemães que nos portos da Italia se haviam refugiado. Acrescentava que os proprietarios dos navios seriam indemnizados em devido tempo; que o procedimento do Governo se baseava na lei de 7 de Fevereiro, base 10.^a, e que o artigo 2.^o do tratado de commercio e navegação entre Portugal e a Alemanha só se restringia a requisição dos navios em transitio, ou, quando tambem abrangesse a dos navios fundeados, as suas disposições só obrigaríam ao reconhecimento prévio do direito de indemnização, o que no decreto da requisição dos navios se fizera. Por todos estes fundamentos juridicos, o Governo Português não podia modificar o seu acto.

Ao mesmo tempo, porém, o Governo Português incumbia ainda o seu representante em Berlim de, se essas razões não fossem atendidas, arguindo o Governo Alemão o nosso país de quebra de neutralidade, lhe acentuar firmemente o infundado da arguição, não só pelas razões juridicas expostas como pela impropriedade da expressão, porque logo no começo da guerra, em 7 de Agosto de 1914, o Governo da Republica Portuguesa declarava, com aplauso unanime do Parlamento, que em circumstancia alguma faltariamos aos deveres da aliança que livremente contraímos com a Inglaterra, e os Governos es-

trangeiros, incluindo o Alemão, tanto acataram os sentimentos de pura lealdade que nos ditavam essa atitude, que todos mantiveram aqui os seus representantes.

Foi a esta comunicação que o Governo Imperial respondeu, em 9 de Março de 1916, com a nota da declaração de guerra, entregue pelo Sr. Rosen no Ministério dos Negocios Estrangeiros.

Nesse longo e arrogante documento, que tanta ressonancia teve e tam legitima indignação despertou em todo o país, e de que o Governo deu conta ao Parlamento na historica sessão do Congresso da Republica de 10 de Março, o Governo Alemão fez uma lista dos actos por Portugal praticados e por ele considerados contrarios a uma neutralidade, que nunca fôra deçlarada pelo Governo Português.

Referia-se á proibição do abastecimento de carvão aos navios alemães, ao consentimento da permanencia dos navios de guerra ingleses nos nossos portos, á permissão da passagem de tropas britanicas por Moçambique, á utilização da Madeira como base naval, á entrega do caça-torpedeiros *Lis*, á Inglaterra—tudo actos manifestamente conformes com as facilidades e auxilios que, em harmonia com os deveres da aliança, solicitamente havíamos prestado á nação inglesa, consoante o seu Governo os julgava necessarios. O Governo Alemão absolutamente faltava á verdade quando dizia que Portugal vendera canhões ás potencias da *Entente*, e não menos adulterava os factos, afrontando-nos indignamente, ao afirmar que os officiais e soldados alemães que acompanhavam o Dr. Schultz-Jena, á sua entrada em Naulila, a 19 de Outubro de 1914, ali haviam sido atraídos, declarados presos sem motivo justificado, e depois, em parte, mortos a tiro e os sobreviventes aprisionados. Esta afirmação nunca o Governo Alemão a estribou em qualquer prova, antes, pelo contrario, o que se provou foi a attitude hostile da parte da Alemanha. Outros pontos alusivos aos acontecimentos de Africa, e em que a Alemanha procurava apresentar-se como inocente vitima das nossas aggressões, embora todos esses factos se houvessem dado quando os alemães se encontravam em territorio português, por eles invadido, ficaram já acima devidamente esclarecidos pela narrativa official desses mesmos acontecimentos. Sobre a questão da requisição dos navios, o Governo Alemão procurava rebater as razões jurídicas que o Governo Português alegara, tentando apresentá-lo como um violador do direito.

Com esta accusação, realmente singular da parte do Estado, que invadiu a Belgica, rasgando o tratado que garantia a sua neutralidade, e de que a Alemanha era uma das potencias signatarias, e com o novo insulto de afirmar que Portugal só demonstrara a sua vassalagam á Inglaterra, acabava a nota apresentada pelo Sr. Rosen, declarando que o Governo Imperial se considerava dali em diante em estado de guerra com o Governo Português.

Tendo ouvido a leitura de todos estes documentos, o Parlamento votou por unanimidade a seguinte moção, apresentada pelo Sr. Dr. Alexandre Braga:

«O Congresso da Republica, ouvidas as declarações do Governo, apoia o seu procedimento, e reconhece com ele a oportunidade da constituição dum Ministerio Nacional, que conti-

nue a salvaguardar a honra e os interesses da Patria, executando as deliberações do Poder Legislativo, conducentes a esse fim.»

Dias depois, com efeito, organizava-se, em conformidade com os votos expressos pelo Parlamento, um ministerio de caracteristica acentuadamente nacional, destinado a realizar a aspiração da união sagrada de todos os portugueses.

Estava declarada a guerra, a que logo se seguiu o rompimento das relações diplomaticas com a Austria. Natural e necessario era que a nossa solidariedade com as nações aliadas se estreitasse, entendendo-se o Governo Português com os Governos das mais importantes de entre elas. Era a primeira das consequencias logicas que o facto capital de 9 de Março devia produzir. Esse entendimento efectuou-se, portanto. Fomos representados na conferencia politica e militar dos aliados, pouco depois realizada em Paris, pelo nosso Ministro em França, e a seguir, na conferencia economica dos mesmos aliados, que tambem em Paris se efectuou, por delegados especiais que o Governo designou. Igualmente foi enviada a Londres uma missão official para conhecermos precisamente as disposições do Governo Inglês em relação ao nosso estado de guerra, e tambem para se resolverem varias questões, que já tinham sido objecto de negociações diplomaticas. Merecia especialmente a atenção do Governo o problema propriamente financeiro ou o estudo das facilidades que Portugal teria em Londres para as operações externas de que o Governo viesse a carecer. Todavia a viagem a Londres dos Ministros das Finanças e dos Negocios Estrangeiros foi principalmente determinada por um honroso convite do Governo Britanico, ao qual não podiamos deixar de corresponder com a maior cordealidade e com o maior empenho, para mais estreitar as intimas relações de amizade existentes entre os dois países.

Entretanto, as operações militares iniciavam-se, depois da declaração de guerra, na Africa Oriental, com a reconquista de Kionga que a Alemanha, em 1894, afrontosamente nos usurpara. Retomada Kionga, as operações seguiram para a invasão do territorio inimigo. As tropas portuguesas atravessaram o Rovuma, depois de sangrentos combates, e, varrendo sempre o inimigo, penetraram na colonia alemã até o forte de Newala. Um desses fluxos e refluxos que tem sido a caracteristica da guerra actual levou os nossos soldados a ceder momentaneamente algum terreno, mas a guerra em Africa prosegue vantajosamente, e é legitima a esperanza que o Governo Português aimenta de que em breve as nossas tropas recuperarão todo o terreno que tiveram de abandonar por um incidente de campanha, e farão novos avanços, batendo completamente os alemães no seu proprio territorio, e hasteando ali, definitivamente vitoriosa, a bandeira de Portugal.

Por sua parte, a Alemanha não nos poupa. Logo que se declarou a guerra, foram encontradas minas espalhadas pelo inimigo mesmo á entrada do porto de Lisboa. Não conseguiram os alemães os seus designios pelo esforço da nossa intrepida marinha que, apesar do restrito numero dos seus navios, cons-

tantemente vigia pela nossa segurança, tendo conseguido que até agora nenhum ataque se desenhasse contra as costas do continente. Dessa bravura tradicional e constante foi exemplo o feito realizado pela pequena canhoneira *Ibo*, repelindo, no mar largo, o ataque dum submarino alemão. Todavia, os acontecimentos recentes da perseguição do *Machico*, do ataque ao Funchal, do torpedamento da barca *Emilia*, do afundamento dalguns navios portugueses, em viagem, e da tentativa contra S. Vicente de Cabo Verde, em cujo porto um submarino inimigo conseguiu introduzir-se, no dia 4 de Dezembro ultimo, sendo repellido pelas canhoneiras portuguesas que ali se encontram, auxiliadas pela artilharia de terra, provam bem que o furor da Alemanha contra nós pode ser impotente em muitos casos, mas em todos aqueles em que com efficacia se pode exercer nunca deixa de saciar-se com barbara tenacidade.

Regressando de Londres os Ministros que ali haviam ido em missão do Governo Português, foi convocado o Parlamento para o dia 7 de Agosto, a fim de ser presente ao Congresso da Republica o resultado dessa missão. O Ministro das Finanças relatou os acordos a que se havia chegado com o Governo Inglês ácerca da cedencia dos navios ex-alemães e sobre a questão financeira, relativa á guerra. Decidiu-se alugar a uma comissão representante do Governo Inglês todos os navios que não nos fossem precisos para as nossas urgentes necessidades, voltando esses navios ao nosso dominio logo que cessem as circunstancias especiais determinadas pela guerra. Assim se acautelou a nossa aspiração de possuirmos uma importante marinha mercante, aproveitando os perigos e riscos que a guerra nos acarreta.

Quanto á questão financeira, sob o ponto de vista da guerra, o Governo Inglês concordou em que se communicasse ao Parlamento a seguinte nota :

«O Governo Inglês combinou com o Governo Português fazer-lhe tantos empréstimos quantos forem necessarios para o pagamento de todas as despesas que, para fins directamente relacionados com a guerra, os dois Governos concordem que é necessario efectuar na Gran-Bretanha ou, excepcionalmente, noutros países aliados. O Governo Inglês fará estes empréstimos ao Governo Português nas mesmas condições em que levanta dinheiro de tempos a tempos por bilhetes do Tesouro. O total emprestado ao Governo Português será por este pago ao Governo Inglês dentro de dois anos, a contar da assinatura do tratado da paz, com o produto dum empréstimo externo, que será negociado por Portugal e para cuja emissão o Governo Inglês dará todas as facilidades possiveis.»

Por seu turno, o Ministro dos Negocios Estrangeiros, depois de acentuar as notaveis demonstrações de estima que a grande Nação aliada prestou aos representantes do Governo Português, leu ao Congresso da Republica o seguinte documento em que o Governo Britanico convida Portugal a tomar um lugar na guerra europeia junto dos aliados :

«Os Srs. Afonso Costa e Augusto Soares, Ministros Portugueses das Finanças e Negocios Estrangeiros, confirmaram, em

conversação com o principal Secretário de Estado de Sua Magestade para os Negocios Estrangeiros, o facto de Portugal, pelas decisões do seu Parlamento e pelo unanime sentimento do seu povo, se ter invariavelmente colocado ao lado da Gran-Bretanha. Portugal sentiu que, acima de tudo, devia proceder como antigo aliado da Gran-Bretanha, para o que tem estado e continuará a estar pronto. Portugal deu provas disso em todas as ocasiões, e especialmente quando os navios alemães foram requisitados, facto que conduziu á declaração de guerra pela Alemanha a Portugal. O Governo de Sua Magestade plenamente reconhece a lialdade de Portugal e a assistencia que já lhe está dando, e cordialmente o convida a uma maior cooperação militar ao lado dos aliados na Europa, em tanto quanto êle se julgue capaz de a prestar. A comissão de guerra está sendo consultada com respeito ás providencias que serão propostas para assentar nos preparativos necessarios para esse fim.»

A seguir á leitura destes documentos, foi apresentada pelo Sr. Correia Barreto a seguinte moção, a que o Congresso deu a sua aprovação plena :

«O Congresso da Republica em consequencia e execução das suas deliberações de 7 de Agosto e 23 de Novembro de 1914, e 10 de Março de 1916, e em atenção aos altos interesses nacionais, resolve dar plena satisfação ao honroso convite que o Governo de Sua Magestade Britanica fez, em 15 de Julho ultimo, ao Governo da Republica Portuguesa para uma maior cooperação militar de Portugal na Europa, e mantem, para esse efeito, ao Poder Executivo, as faculdades anteriormente concedidas.»

*

* * *

Eis os factos que precederam a declaração de guerra. Eis os factos que, até agora, foram suas consequencias. Logo após a apresentação dos documentos que precedem ao Parlamento, o Governo Português tratou de efectivar a participação de Portugal na guerra europeia. Mobilizou-se o exercito, procedendo-se á instrução intensiva das forças que devem seguir para esse fim. A partida do primeiro corpo expedicionario vai-se efectuar. Pela primeira vez, de há cem anos a esta parte, a bandeira de Portugal flutuará, de novo, nos campos de batalha da Europa.

Pela exposição clara dos factos que nos levaram á guerra, e que da guerra são já a consequencia necessaria, o país inteiro fica sabendo que a honra da Patria se manteve imaculada em toda esta longa situação internacional que neste momento chega á mais grave, mas tambem á mais gloriosa das suas fases. Percorrendo as paginas da sua historia, o povo português encontrará titulos de nobreza, justificados em acções brilhantes que lhe asseguram a immortalidade. A essas paginas, porém, acrescentará aquelas em que se fixa a sua attitude actual, tomada em face dos maiores perigos que, sem duvida, podem

ameaçar uma nacionalidade, mas que também lhe asseguram as compensações do heroísmo, da dignidade e da lealdade reconhecidas pela humanidade presente como o serão pela posteridade justiceira.

Numa sequência de logicas atitudes, manifestou-se, sempre pura e decidida, a integridade moral da Nação. Foi essa a preocupação dominante do Governo Português que, de frente bem alta, se apresentou constantemente perante amigos e inimigos, dando a todos as provas da mais absoluta lealdade, porque nem a uns faltou a mínima parcela de fidelidade nos compromissos nacionais, nem perante os outros jámais procurou esquivar-se a nenhuma responsabilidade dos seus actos. O Governo Português aguarda, sereno, os juizos da historia, porque tem a consciencia de qué foi o mandatário da nação e o zeloso depositario da sua honra.

E' cedo para apreciar as possiveis vantagens da atitude que Portugal assumiu perante a conflagração europeia. Elas dependem da marcha dos acontecimentos. Uma, porém, lhe está já plenamente assegurada. E' a de se ter afirmado um povo digno das tradições do seu passado e das esperanças do seu futuro, digno da sua liberdade e da sua independência, digno da nobre civilização a que pertence e em que o direito e a justiça são noções sagradas e inviolaveis. Esta guerra começou pelo espectáculo, patenteado ao mundo inteiro, duma das maiores potencias do globo, calcando aos pés um tratado que ela assinara, para invadir um país e traiçoeiramente assaltar outro, chamando depois a esse tratado «um farrapo de papel». Será para Portugal um brazão de gloria que ninguem jámais lhe arrancará, o espectáculo que esta pequena nacionalidade dá ao mundo, considerando o tratado de aliança, que a liga há seis seculos a uma nação amiga como um elo de bronze que nem a acção do tempo nem as violencias dos homens podem quebrar.

Não somos levados nem pela ansia de conquistas, nem pela sêde de recompensas. O superior interesse que nos guia, além da afirmação espiritual que nos orgulha, é o de tornarmos ainda mais solida a nossa aliança com a nobre Nação inglesa, que nos tem acompanhado sempre pela historia fóracimentá-la com os nossos esforços e os nossos sacrificios, valorizá-la e engrandecê-la, engrandecendo-nos e valorizando-nos a nós proprios. Já se chamou a esta guerra a guerra das pequenas nacionalidades, e é certo, porque o imperialismo alemão ainda não soube senão esmagar pequenos povos. Portugal é uma dessas pequenas nacionalidades, com profundas raíses historicas e um patrimonio colonial conquistado á custa de heroismos de que a humanidade largamente aproveitou. Portugal defende a sua vida e defende o seu patrimonio. Para isso derramará o seu sangue até á última gota.

O Governo Português saúda os soldados que vão partir. Saúda o exercito e a armada, em cujo patriotismo e intrepidez repousa a segurança da Patria. Saúda o País. A honra de o representar neste momento culminante da existencia nacional basta para o compensar das agruras da missão que lhe tem sido dado desempenhar.

Presidencia do Ministerio. — 17 de Janeiro de 1917. — *Antonio José de Almeida, Braz Mousinho de Albuquerque, Luiz de Mesquita Carvalho, Afonso Costa, José Mendes Ribeiro Norton de Matos, Vitor Hugo de Azevedo Coutinho, Augusto Luiz Vieira Soares, Francisco José Fernandes Costa, Joaquim Pedro Martins, Antonio Maria da Silva.*

Ministerio da Guerra

Repartição do Gabinete

DECRETO N.º 2.988

Atendendo ao que me representou o Ministro da Guerra e usando das autorisações concedidas pelas leis n.º 373, de 2 de Setembro de 1915, e n.º 491, de 12 de Março de 1916: hei por bem, ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Proceder-se-á desde já á concentração de um corpo expedicionario destinado a combater em França contra a Alemanha, ao lado dos exercitos das nações aliadas.

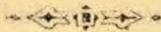
Art. 2.º Assumirá o comando do corpo expedicionario português o general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, que terá a competencia que pelas leis e regulamentos em vigor é conferida ao comandante em chefe do exercito em operações e usará como distintivo do seu posto e função, além das três estrelas de prata, o escudo da Republica.

Art. 3.º Exercerá as funções de chefe do estado maior do corpo expedicionario português o major de artilharia e do serviço do estado maior Roberto da Cunha Baptista.

Art. 4.º Serão expedidas com a maior urgencia pela Secretaria da Guerra as ordens e instruções que ainda sejam necessarias para a organização, mobilização, concentração e transporte do corpo expedicionario português.

Art. 5.º Este decreto entra imediatamente em execução.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da Republica, 17 de Janeiro de 1917.—*Bernardino Machado, Antonio José de Almeida, Braz Mousinho de Albuquerque, Luiz de Mesquita Carvalho, Afonso Costa, José Mendes Ribeiro Norton de Matos, Vitor Hugo de Azevedo Coutinho, Augusto Luiz Vieira Soares, Francisco José Fernandes Costa, Joaquim Pedro Martins, Antonio Maria da Silva.*



CRÓNICA MILITAR

França

Granadas de mão.—Atribue-se em França grande importancia ao emprego destes artificios, até ao ponto dos regulamentos de todas as armas conterem instruções minuciosas para o seu emprego, e os corpos dedicarem preferente atenção ao ensino do seu manejo.

Cada companhia ou bateria dispõe de 6 granadas e 18 espoletas de instrução.

Os sapadores especializados como mineiros, são também instruídos no lançamento de granadas de mão de diversos tipos e na construção de outras, cujos modelos ficam á iniciativa dos comandantes de corpos, e que se improvisam mediante explosivos e artificios regulamentares (petardos ou cartuchos de melinite, mechas, detonadores, etc., e com toda a especie de elementos com que se possa contar em campanha (cravos, residuos metallicos, projecteis, etc.).

A granada regulamentar pesa 1.200 gramas, e este elevado peso faz que lançado simplesmente a braço, alcança apenas 20 ou 30 metros.

Se se lançam de baixo para cima, corre-se o risco de que caíam no campo amigo.

Tem-se tratado de aumentar a sua potencia com carga de um alto explosivo moderno, em vez de polvora ordinaria que leva no seu interior, mas não se tem conseguido dotar-a com um dispositivo apropriado de percussão.

Não obstante o que fica dito, um sargento conseguiu lançar tais granadas á distancia de 65 metros.

Organização da cavalaria na ofensiva do Somme.—Na previsão que esta ofensiva surtisse o resultado desejado e com o fim de explorar as dificuldades que o inimigo certamente teria na retirada, causadas principalmente pelo transporte da grande quantidade de material em guerra acumulado na zona das trincheiras, a cavalaria francesa foi organizada em *tres corpos* cujo objectivo era, em caso de successo, perseguir com energia o inimigo.

Cada corpo de cavalaria era constituído por 3 divisões de 3 brigadas de 2 regimentos, sendo cada regimento formado por 4 esquadrões, dos quais 3 de manobra, o quarto constituído pelas secções de sapadores, telegrafistas, metralhadoras e explosivos.

Cada divisão além de 6 regimentos, e uma bateria de artilharia a cavalo contava mais um grupo de metralhadoras, um grupo de ciclistas (1.500 homens) e um outro grupo (1.500 homens), formado por cavaleiros apeados devidamente enquadrados por officiaes de cavalaria.

A base destes grupos era constituída por reservistas de cavalaria, que em

França como em todos os exercitos excedem o numero de cavalos mobilisaveis e que, em lugar de serem mandados servir na Infantaria, como por vezes já se tem feito em alguns países, se utilisavam com apoio das forças montadas, dispensando assim o empregar tropas de infantaria.

Inglaterra

Os ultimos raids de zepelins. — Em pouco mais de uma semana, de 23 de setembro a 2 de outubro, os dirigiveis alemães realizaram tres grandes *raids* sobre territorio inglês, perdendo durante a sua execução tres unidades, abatidas pelo serviço de defesa anti-aerea.

Um dos ultimos numeros de *L'Aerophile* insere bastantes pormenores concretos relativos ás ditas incursões aereas. Desses pormenores muitos foram já divulgados pelos relatos publicados na imprensa diaria; outros, como aõ os respeitantes a melhoras na construção e no aumento do poder desses grandes mares, são menos conhecidos, e a eles nos referimos principalmente nas linhas que seguem:

O primeiro *raid* teve lugar na noite de 23 para 24 de setembro, calculando-se que tomaram parte na mesma 12 zepelins, e constituindo assim o maior agrupamento de unidades até agora conhecido em nma unica expedição. Dois dos dirigiveis foram derrubados no Condado de Essex; um caiu envolvido em chamas e ficou completamente destruido, perdendo toda a sua tridulação; o outro viu-se forçado a aterrar, por certo não longe do mar, em consequencia de haver sofrido uma perda de gaz, e ficando prisioneiros os seus 22 tripulantes e oficiais. Ambos os aparelhos pertenciam ao mesmo tipo, com a numeração L-32 e L-33.

O reconhecimento minucioso deste ultimo, permitiu comprovar a sua construção recente e que prestava serviço tão só desde 14 de julho do ano passado, podendo classificar-se dentro da nova categoria, dos *titans-superzepelins*. Os primeiros ensaios deste novo tipo colossal foram efectuados em Friedrichshafen em fins de junho ultimo, no dizer do periodico suiso *Der Bund*. De tamanho quasi duplo que o do seu antecessor o *superzepelin*, ou seja com um volume de 54 a 56.000 metros cubicos, tinham atribuido ao *titans-superzepelin* as seguintes características: comprimento, 240; 4 naves; 7 motores; 7 helices; força motriz, total, 1 400 H. P.; velocidade horaria 95-100 quilometros; carga util, umas 15 toneladas, compreendendo nele a tripulação, essencia, oleo e explosivos; altitude maxima, 5.000 metros e uma tripulação com o minimo de 30 homens.

Bastante coincidencia se notam entre estas características e as encontradas em L-33, pois o comprimento deste alcança 203^m, com um diametro de 21^m,5; vai tambem provido de 4 naves, que alojam 6 motores Mercedes de 240 cavalos cada um, o que produz uma força motriz de 1.400 cavalos. O seu volume é de 56.698^m3, e nos depositos de combustivel ha cerca de 9.000 litros de petroleo. Contam-se 60 lança-bombas, e parece que o numero de peças de fogo se eleva a 7 ou 8, das quais 5 eram metralhadoras Maxim e as restantes de calibre um pouco maior.

No *raid* de 25 a 26 de setembro voaram sobre a Inglaterra 7 zepelins, os quais depois de bombardear distritos separados entre si por grandes distancias, regressaram ao que parece indenes ás suas bases de operações.

As autoridades militares inglesas calculam em 10 o numero de dirigiveis que tomaram parte no 3.^o *raid*, na noite de 1 para 2 de outubro. Penetraram pela costa de leste, e um deles que se aproximou bastante de Londres foi alcançado pelo fogo combinado dos canhões anti-aereos e dos aeroplanos de perseguição. Caiu incendiado não se salvando nenhum dos seus 19 tripulantes.

O zepelin derrubado nessa ocasião, era o L-31, e os peritos que o examinaram puderam afirmar que o seu fabrico datava de ha cerca de um mês. Por isso são de grande actualidade todos os dados do mesmo que tomamos do *L'Aerophile*.

O envolucro é fusiforme, com uns 293^m de comprimento; o seu diametro é de 21^m na secção maior que se encontra a 20^m da extremidade anterior; a 7^m da posterior, que termina em ponta aguda; o diametro da secção é só de 3^m,50.

O metal empregado na armadura é uma liga de aluminio bastante conhecida, que tem o defeito de ser fragil e de apresentar um ponto de fusão muito baixo. As navesitas são em numero de quatro e de metal ondulado; duas contem cada uma um motor Mercedes de 240 cavalos e 6 cilindros verticais que actuam por meio de uma redução de engrenagens cilindricas de duas helices de 6^m de diametro; outro motor vai alojado na terceira navesita, e na quarta vão dispostas outras tres mais, que transmitem o movimento de rotação ás helices respectivas com auxilio de grandes arvores munidas de disposições especiais para evitar a sua flexão.

A força motriz total é de 1.400 cavalos.

Na navesita dianteira, de maiores dimensões que as outras, está instalado o posto de comando, donde ímanam as ordens, transmitidas por meio de um mecanismo telegrafico de quadrante, semelhante ao que se usa nos navios; actuando o comandante um botão, põe em liberdade as bombas, que podem cair á vontade, uma por uma ou por grupos. Atraz do posto de comando está o de operador de telegrafia sem fios, formado por uma cabine isolada com um revestimento almofadado de uns 10 centímetros de espessura.

Os lemes, montados na parte posterior, estão equilibrados por molas de uma maneira tão exacta, que basta para os deslocar um pequenissimo esforço exercido sobre uma alavanca de mão que o trasmita a um cabo de diametro muito reduzido.

O armamento compunha-se de metralhadoras montadas no lado exterior das navesitas e com um grande campo de tiro.

Encontrou-se tambem uma plataforma para uma arma de maior calibre e em uma situação muito apropriada para poder atirar sobre qualquer aparelho aereo que tentasse dar caça ao dirigivel.

Russia

Projectores electricos.—Cada corpo de exercito de duas divisões é dotado com 11 estações fotoelectricas, assim distribuidas: uma estação com projector de 90 centímetros, montada em um carro-automovel, para o comandante do corpo de exercito; uma com um projector de 75 centímetros, transportado em uma viatura de 4 rodas, para os comandantes de divisão; e uma estação com projector de 40 centímetros, em viatura de 2 rodas, extremamente movel, para cada regimento de infantaria.

Suissa

Novo explosivo—Anuncia-se a descoberta de um novo explosivo «Kansolite», composto de parchoreto de amonio, e especialmente destinado á carga de explosão de granadas.

Projector portatil.—Tem-se efectuado uns ensaios conducentes a dotar a infantaria com projectores ligeiros, de 700 a 1.000 metros de raio de acção; o espelho tem 40 centímetros de diametro sendo montado em um tripé. O peso total é de 39 quilogramas, dividindo-se para o transporte em 3 cargas.

DIVERSOS

Entrincheiramentos modernos.—Um official inglês, que tomou parte nos combates do Somme, escreveu as suas impressões pessoais em um artigo que appareceu extratado no *The International Military Digest*, na parte que se refere aos entrincheiramentos inimigos. Para conservar o valor das ditas impressões, damos em seguida a sua tradução :

«Pelo seu valor militar, são verdadeiramente notaveis alguns dos abrigos subterraneos e as trincheiras de comunicação. Percorremos uma delas constituida por um tunel de mais de 100 jardas (ou 91 metros) de comprimento, completamente revestida de madeira e tão profundamente enterrada no terreno, que se pode considerar segura contra qualquer eventualidade, com excepção dos forninhos de minas.

Penetra-se nos abrigos de maior importancia através duma porta de aço, desde que se desça por uma escada de uns 30 pés (9 metros), cujos degraus são tambem cobertos de madeira. Ao pé da escada encontram-se habitações espaçosas, com pavimentos, paredes e tectos cuidadosamente cobertos de madeira. Os corredores de comunicação estão tambem bem construidos e uma segunda escada do mesmo comprimento que a primeira conduz a um segundo grupo de habitações tão bem acabadas como as do pavimento superior.

Em um dos subterraneos encontrou-se um engenhoso mecanismo para levar a terra extraída que, deitada em sacos vulgares, utiliza-se na trincheira superior. Em outro, disposto para hospital, estavam colocados ao longo das paredes, duas filas de tarimas que podiam alojar 30 doentes. Pode-se albergar em qualquer destes grandes abrigos um bom numero de homens livres dos choques e explosões dos mais potentes projecteis, e o seu unico ponto vulneravel corresponde ao caso em que um destes projecteis penetre pela entrada.

Não se deve supor, naturalmente, que todos os subterraneos alemães apresentam o mesmo grau de aperfeiçoamento, pois, sem duvida, só os melhores teem resistido aos efeitos destruidores. O que não se pode negar é a grande utilidade militar dos ditos abrigos debaixo do solo.

Além de se diminuir com o seu emprego o numero de baixas durante o bombardeamento, podem occultar-se neles uma reserva de metralhadoras até ao momento do avanço; nessa ocasião, em que as nossas tropas alcançam as trincheiras alemãs é difficil limpar completamente o terreno dos obstaculos

existentes, e pode dar-se o caso, ao proseguir o avanço, de se verem atacadas pela rectaguarda com fusilaria e metralhadoras dirigida pelos ocupantes, até então ocultos, das trincheiras.

Outro pormenor formidável das defensas alemãs é a engenhosidade demonstrada na colocação dos postos de observação. Um destes, proximo de Fricourt, formava a boca de um profundo buraco da largura do corpo de um homem, semelhante aos que se veem nas ruas de Londres para dar acesso aos esgotos.

O referido orificio aflorava á superficie proximo do ponto mais elevado do terreno; a abertura exterior ficava dissimulada pelos restos *casualmente* amontoados de um cano destrachado, e o fundo estava em comunicação por meio de um tunel com as trincheiras alemãs. Qualquer destes postos observatorios tem as suas paredes revestidas de madeira e são dotados de escadas com degraus de ferro.

Estas organizações subterraneas demonstram um trabalho intensivo normal nas tropas alemãs, mais apreciavel para todo aquele que tenha tido occasião de organizar trabalhos de trincheiras».

As aves na zona da guerra.—A guerra actual que sacudiu e abalou todas as energias, subvertendo, derrocando toda a economia social, e cujos efeitos repercutiram em todos os países, em todas as classes, em todos os seres, não poupou as aves, esses simples, humildes e canóros habitantes das selvas.

Emigraram aos bandos, ás revoadas, ruflando as azas das zonas da guerra, fugindo aos horrores da luta entre os homens...

Carnot notou que, nos pontos em que as acções se travam em França, as aves experimentam grandes perturbações, agitando-se desordenadas, incapazes de encontrar um pouco de repouso quer de dia, quer á noite. E cançadas, exaustas, buscam na emigração o balsamo consolador aos seus sofrimentos, ás suas torturas.

As que habitam ao sul dos territorios ocupados pela guerra batem azas e dirigem-se para os países quentes, e as cegonhas, quais tropas em exploração, vão antecipadamente na frente rasgando caminho, guiando a trilha; as que vivem nos países do norte bordam, esvoaçam, revoltam, tangenciando as duas frentes, e ao envez de se orientarem como outrora pela França a dentro, se conduzem á Suissa e Italia.

Os melros que, na Alemanha e na Escandinavia, anualmente, aos grandes bandos, viajavam para o sul passando por Borgonha, tomaram rumo desconhecido. Desapareceram igualmente as calhandras; as aves aquaticas da Flandres e da Holanda partiram a destinos ignotos.

Naturalistas russos observaram que, no primeiro ano da guerra as gralhas e os corvos abalaram e fugiram; nos campos não mais se ouve o doce gorgeio dos passaros e a propria calhandra emudeceu, calou-se; os pardais tambem se foram; tudo recaíu na dolorosa monotonia das coisas mortas. A altiva aguia dos Carpatos abandonou os picos alcandorados das montanhas para refugiar-se nos Balcans; o pombo silvestre das regiões húngaras emigrou tambem.

Rossinsky, presidente do Comité ornothologico russo, constata, afirma que coincidindo a direcção das operações de guerra no teatro oriental com a cor-

rente emigratoria das aves na Rússia, as cegonhas e outros pernaltas tomaram rumo contrario, destino desconhecido.

O reputado caçador russo Razdowarow recorda que, na guerra turco-russa (1877-78) nos arredores de Moscow afluíram magotes de cegonhas, galinhas emigradas das regiões em guerra; actualmente o mesmo fenomeno se reproduz nas regiões do norte: enormes aluviões de patos não podendo atravessar Mitan ou Russia Branca pelos efeitos da guerra, afluem em massa para o norte.

As correntes emigratorias são constantes e variam em direcções sumamente interessantes. Algumas especies apareceram na ilha de Ezel, outras cruzaram a Polonia; outras e outras foram ter á Turquia.

E como as pombas do conhecido e festejado poeta foram despertadas... pelo ribombo dos canhões, pelo eco estridente das metralhadoras, pelo explodir das granadas de mão, pelo deslocamento do ar e pelo esvoaçar das azas dos aeroplanos que, cruzando o espaço em sinuosos voos, buscam disputar-lhes a posse do meio em que elas eram incontestavelmente as dominadoras arqui-seculares...

(Do *Internacional Military Digest*).

A guerra transforma-se.—Um dos factos mais intercessantes da presente guerra é o *caracter evolutivo* de que ela se reveste: transforma-se, transmuda-se, progredindo sempre. A guerra que actualmente se desenrola não é a mesma dos belgas, em 1914, em Visi, Liège, Tirlemont, Saint Troud, Diest, Namur, Louvain, Aerschot, Antuerpia; dos franceses em Dinant, Neufchâteau, Charleroi e Semey; dos ingleses em bitche, Mons, Cambrai, Le Cateau, Saint Quintin.

Pelos meios de acção, pelos methodos e pela tactica é hoje tão distinta que se afasta inteiramente da guerra dos grandes movimentos para recair nos archaicos processos dos seculos XVII e XVIII, nas mesmas trincheiras em zigzag, nos mesmos caminhamentos cobertos ligando as trincheiras á base dos abastecimentos e ás estações sanitarias, nas mesmas galerias subterraneas até atingir as trincheiras do inimigo sem que este o presinta.

No entanto, os guerreiros actuais venceram em alguns meses etapas tão largas, tão extensas que os nossos antepassados para alcançal-as consumiriam gerações sobre gerações.

A potencia industrial realisa em pouco tempo tais progressos que permitem pôr em jogo as mais audazes emprezas.

Este caracter não é novo na guerra actual, em cujo curso se tem applicado os metodos mais ineditos e realizado os conflictos mais variados. A fisionomia com que eles se revestem parece tratar-se de varias guerras dentro de uma mesma guerra; tal a multiplicidade de aspectos.

A batalha de Verdun pôz em evidencia a evolução dessa tactica sancionada por multiplos e singulares experiencias.

Tomando como ponto de partida a batalha de Charleroi, a aparição dos gazes asfixiantes nas linhas de Yprés (22 de abril de 1915), as tentativas de maio em Artois e de setembro em Champagne, chega-se natural e logicamente á forma de combate que ha seis longos meses se desenvolve em Verdun.

Em 1914, fazia-se a guerra como as escolas de estado-maior preconizavam. A novidade ou antes a grande surpresa foi o terrível efeito destruidor da artilharia pesada sobre os fortes de Liège, Namur e Maubenge.

Por outro lado, a eficiência das metralhadoras obrigou a constituir trincheiras para abrigo das tropas.

Estes dois factos determinaram a *primeira transformação*, derivada da súbita detenção dos alemães nas linhas do Aisne apoz a memorável jornada do Marne. Tratou-se desde então de romper as linhas de trincheiras.

Não bastaram as minas subterraneas. E como o problema parecia coincidir com a guerra de sítio, e como as trincheiras improvisadas ocupavam uma vasta extensão do terreno dificultando enormemente o assalto, apesar da brécha aberta em um ou mais pontos, buscou-se alguma coisa de fantastico, de grandiloquo: um salto por cima das linhas sucessivas de trincheiras caindo de surpresa para traz, no espaço livre. Os alemães tentaram esta especie de *salto mortal* no assalto ás linhas de Yprés, lançando mão dos gazes asfixiantes. No primeiro dia o exito foi extraordinario, completo.

Mas o estabelecimento dos gazes requer tempo, relativamente grande, e está subordinado ás condições atmosfericas, principatmente do vento.

Ainda mais, no avançar o assaltante acha-se exposto aos mesmos perigos que o inimigo. A acção mortifera fica dependendo de uma serie de factores, muitos dos quais são neutralizados pela protecção das mascaras.

O processo dos liquidos inflamaveis mais terrível ainda que o dos gazes asfixiantes pela completa ausencia de meios defensivos só dá resultado a pequenas distancias, não excedendo 30 metros. Mas os seus efeitos precisam ser imediatamente seguidos dum ataque á baioneta.

Em Gorticc, em Artois, os mesmos metodos, os mesmos processos: abre-se brécha nas trincheiras com a artilharia, principalmente a pesada (1.500 peças no estreito sector do ataque a Gortice). Na Champagne, a 22 de setembro de 1915, o progresso feito na frente de ataque foi devido á intensidade da preparação. Essa batalha provou á evidencia que se póde arrazar, destruir tudo, aumentando a frente — mas não a profundidade.

A grande distancia só se acerta por um acaso em um canhão.

Porque fracassou o ataque alemão em Verdun apesar do progresso dos armamentos e dos metodos empregados? Porque ruiram por terra todos os esforços quando a experiencia obtida na Champagne parecia aconselhar o exito possivel?

Pela falta de habilidade na execução dos planos da ofensiva, pelo desenvolvimento paralelo do ataque e defeza e pelo aparelhamento de resistencia de ambos os lados.

Para vencer seria preciso uma surpresa completa, ou que os meios de vencer excedessem ou pelo menos contrabalançassem os da defeza e nunca se conservassem equivalentes.

Uma superioridade esmagadora da artilharia de grosso calibre como em Gortice, como na Servia, ou os elementos de bombardeamento aereo capazes de paralizar a acção das segundas linhas.

Á medida que a guerra se transforma, a importancia do bloqueio cresce, avoluma-se.

Não é necessario dominar o mar tão sómente; é mister, é forçoso desenvolver, ao lado dos exercitos e no proprio territorio dos principais beligerantes, uma potencia industrial de primeira ordem, dispondo de enormes reservas em materiá prima e em pessoal idoneo a todas as industrias relativas á guerra.

A Russia apoz Gortice ressentiu-se dessa necessidade.

Não se deve absolutamente contar com as industrias neutras mais ou menos distantes, que se não pódem apressar, acelerar como os acontecimentos exigem.

Todo o povo tem que se consagrar inteiramente á guerra.

A guerra no ar tambem mudou de aspecto. A principio, a aviação era um simples auxiliar, um complemento da cavalaria ao serviço da exploração. Só se exigia da aviação *velocidade* e mais *velocidade*. E o monoplano era o aparelho indicado.

Fazendo-se cooperar mais intimamente os aviadores na guerra, obtiveram-se resultados uteis, extraordinarios. A 8 de setembro, destruíam os franceses a metade da artilharia do 16.º corpo militar alemão, bombardearam postos militares, baterias e estações. Algumas esquadras de aeroplanos aliados lançaram obuzes além de 200 quilometros atrás das linhas inimigas.

Conforme o papel que tem de desempenhar, a aviação utiliza-se de varios modelos. Para observar e sobretudo para combater, deve o piloto ser acompanhado por um passageiro. Garros e Pegoud, sem contestação, acumularam as duas funções de piloto e de atirador.

Garros inventou um aparelho que permitia atirar atravez da helice couraçada, mas em geral vão dois passageiros.

Como o ponto vulneravel do aeroplano é o motôr, constróe-se mais solido e mais pesado. Daí o motor fixo, substituindo o rotativo.

Para pol-o ao abrigo das balas, blindaram-no; e, para garantir a sua marcha depois de avariado, leva-se um outro motor para o substituir.

Estes argumentos de peso não são, em sua maioria, realisaveis com o biplano. Os aparelhos Condron, cujo modelo póde ser visto nos Invalidos, é um instrumento de guerra aperfeiçoado produzindo á primeira vista impressão de solidez. Tem-se projectado aparelhos de tipo superior, e é bem provavel que depois da guerra venha a construir-se aeroplanos de 4 motores, mantendo-se no ar 12 horas com 20 ou mais passageiros.

A marinha inglesa mandou construir em Bufalo, nas fabricas Crotin, um tipo de hidroavião provido de 7 motores, com 3 helices e 3 planos de sustentação sobrepostos. O aparelho pesa 9.775 quilogramas e tem 40^m de comprimento.

Demonstrou-se a probabilidade de lançar torpedos com estes grandes aviões.

O avião de caça alemão eleva-se a 1.000^m em 8 minutos. A sua velocidade é de 120 a 140 quilometros por hora. Percorre 150 quilometros sem se abastecer. Suporta uma carga de 300 quilogramas. É um elemento de guerra aereo diferente dos primitivos.

No momento em que a Alemanha rompeu as hostilidades possuía cerca de 1.500 aviões; perdeu algumas centenas, tem construido muito mais, contando-se hoje por milhares os aeroplanos de guerra.

Na guerra naval as transformações são mais acentuadas e mais consideráveis.

O choque das grandes esquadras não se tem dado. As acções de Colonel no Chile, nas ilhas Falkland, nos mares Báltico, do Norte e Negro não passaram de simples escaramuças.

Por ocasião da declaração de guerra, a esquadra alemã concentrada no Pas de Calais cruzava ao largo das costas belgas.

Pelas disposições tomadas e por certos pormenores, ora conhecidos, sabe-se que tinha ordem de bombardear o Havre e Cherburgo, marchando depois rapidamente até á entrada da ribeira de Mortaix e de Morgat, na baía de Douarnenez, afim de apoiar um desembarque de tropas que tomariam Brest por dois lados: mas a 1 de agosto a esquadra inglesa do mar do norte ameaçou cortar-lhe a retirada. A decisão da Inglaterra era ainda incerta: mas o almirante alemão, inquieto, voltou a toda a pressa para Cuxhaven.

Os alemães construíram alguns navios semelhantes em tudo aos do commercio ordinario, rapidos e com maquinas que permitem desempenhar o seu papel, com equipagens de guerra e canhões.

Quando encontram um vapor inglês ou francês, atiram.

Os navios que mais sofreram com a guerra são os do commercio, sendo-lhes distribuido armamento para a defesa.

A experiencia demonstrou que os navios mercantes armados de canhões sofrem muito os ataques dos submarinos.

A guerra submarina occupa o primeiro lugar. Devido á duração da luta tem tomado proporções extraordinarias, muito diferentes dos primeiros ensaios. Dois novos empreendimentos deseja realizar a Alemanha: o bloqueio das Ilhas Britanicas e o dominio no Mediterraneo com os seus submarinos.

A Austria e a Alemanha possuíam, em julho de 1914, 43 submarinos e durante a guerra construíram 60.

Os ultimos navegam 24 horas sem tomar combustivel. A sua presença modificou singularmente a guerra naval, porque a guerra submarina nas costas e baixios, póde agora ser levada muito além no alto mar e operar contra o commercio.

Contra estes a defeza é mais difficil, pois emergem menos e escapam mais facilmente á vigilancia.

Os rebocadores, os yates armados em guerra, os torpedeiros ficavam muito sujeitos aos ataques dos submarinos.

A defeza foi-se no entanto, aperfeiçoando pela lei da necessidade: surgiram os materiais de dragagem e as redes fixas, os processos de observação das ondas particulares que os submarinos levantam no seio das aguas por ocasião da sua passagem.

Estas são observadas por navios de grande velocidade, que avisam a fim de collocarem no seu caminho uma grande rede, pescando-o como um peixe enorme.

Estas novidades, nascidas da guerra, são recentes e podem ser aperfeiçoadas. Os novos elementos tecnicos não são a causa unica destas transformações da fisionomia da guerra; é necessario levar em conta os progressos da sua applicação.

Ainda estão reservadas grandes surpresas quer nos processos técnicos, quer nos meios praticos da sua utilização.

Em 1914 não se ignorava o efeito da artilharia pesada ; ao contrario, era por demais conhecido ; o que constituiu verdadeira surpresa foi a proporção estabelecida. E' quanto basta para mudar por completo a tactica.

A guerra na sua evolução constitui evidentemente uma arte : absorve, empolga completamente o seu espirito ; apodera-se de todos os meios, utiliza toda a sua actividade ; põe em relevo todo o talento, actividade, intelligencia e vontade na pesquisa de uma formula definitiva, que jamais será alcançada, atingida, graças á marcha sempre crescente, sempre evolutiva da humanidade nos seus processos de ataque e defesa.

(Traduzido do *El Mundo militar*, por R.).

II

PARTE MARITIMA

Espanha

O submarino *Isaac Peral*, em construção nos Estados Unidos, concluiu satisfatoriamente as suas experiencias, obtendo á superficie velocidade superior a 15' e imerso, superior a 10',5, e mergulhando a baixo de 45', tendo assim excedido as condições do contrato.

O total dos navios que a Espanha tem em construção e projectados, é de 3 couraçados de 15.000 toneladas, 4 cruzadores de 5.600 toneladas, 6 contra-torpedeiros e 28 submarinos.

Estados-Unidos

O couraçado *Arizona*, de 31.000 toneladas, construído no Arsenal de Brooklyn, entrou em serviço em 17 de outubro passado, com 37 meses desde a ordem da construção e 32 desde o assentar da quilha.

É movido por turbinas Parsons, atuando 4 helices ; a marcha á velocidade de cruzeiro é feita por turbinas especialmente destinadas a este fim, devendo este aparelho-motor ser estudado comparativamente com os tubo-electricos.

Queima exclusivamente petroleo, sendo 2.200 toneladas o seu municia-mento normal, mas podendo meter 3.270.

A instalação de caldeiras numa serie de compartimentos a toda a boca do navio, tornada possivel pelo uso do combustivel liquido, permite a existencia de uma só chaminé, o que é vantajoso pelo que respeita á sua protecção.

O couraçamento é analogo ao do *Oklahoma* e *Nevada*, os quais marcaram neste ponto um grande avanço. A espessura maxima da cintura é de 13'',5, sendo a sua altura 9'' acima da linha da agua e 8'',6 abaixo.

A bateria principal compõe-se de XII de 14''/45, em 4 torres triplices, podendo as peças das torres médias fazer fogo por cima das extremas. Toda a bateria principal póde ser apontada e disparada simultaneamente por um só official, ou separadamente em cada torre, passando-se de uma a outra disposição muito rapidamente.

A bateria anti-torpedica é de XXII de 5" com grande comandamento e a anti-aerea de 4 canhões.

França

O projectil P. — Com esta epigrafe publica a *France Militaire*, uma ligeira informação ácerca de um projectil assim denominado e cujo objecto é causar graves avarias nos grandes barcos de guerra (couraçados, dreadnoughts, etc.), sem necessidade de ter que empregar peças de grosso calibre. A ideia em que foi inspirada a concepção destes projecteis é a seguinte: E' sabido, que a blindagem dos grandes couraçados está limitada á sua obra morta. A obra viva (a submergida na agua) não está blindada, ou se o está só existe blindagem nos dois primeiros metros de calado quando muito, sendo certo que estes grandes navios calam de 8 a 9 metros.

Fica, portanto, a maior parte da obra viva sem protecção por meio de blindagem e protegida unicamente pela agua do mar, que constitui uma blindagem natural de primeira ordem, e graças á qual, os grandes couraçados não são uns colossos com pés de barro.

A acção da agua, como blindagem, manifesta-se umas vezes em forma de desvio do projectil, que ao chegar á sua superficie, em vez de penetrar, rebate; e outras em forma da enorme resistencia oposta á marcha do projectil, o qual perde em seguida a velocidade restante que conserva ao penetrar na agua. Com os grandes calibres e a distancias um pouco consideraveis pode, portanto, dizer-se que a obra viva de um couraçado moderno, é praticamente invulneravel. Só são eficazes os tiros que atingem o barco na sua obra morta. Mas esta, em primeiro logar está blindada e é difficil de penetrar; mas ainda que tal se consiga, o efeito produzido reduz-se a um buraco no casco (pelo qual não entra a agua) e a estragos de maior ou menor importancia, dentro do navio, que embora o prejudiquem, não o impossibilita nem para continuar a flutuar, nem para navegar combatendo. Outra coisa muito diferente succederia se podesse fazer-se chegar á obra viva do navio (ou ás suas imediações por baixo d'agua), um projectil que embora não fosse de grande calibre tivesse uma capacidade interior relativamente grande cheia ou carregada de melinite ou de trilito. Ao explodir este projectil, em contacto com a obra viva ou nas suas imediações, o projectil produziria o efeito de um verdadeiro torpedo, abrindo-se uma brecha no casco do barco, pela qual entraria agua que o inundaria ou submergiria, conforme os casos; mas o que de todos os modos constituiria uma avaria grave que por si só seria sufficiente para pôr o navio fóra de combate.

O problema não oterece dificuldade pelo que respeita ao traçado do projectil relativamente á sua capacidade interior; onde reside a dificuldade é no traçado exterior do projectil, que tem de ser adequado ao seu movimento no ar, sem prejuizo de que ao *incidir* na agua, em vez de se desviar, penetre nela como penetra na terra a rabiça do arado, a qual, uma vez iniciada a penetração, se introduz por si só na terra cada vez mais.

A *France Militaire*, dá a entender que este problema está resolvido mediante uma especie de ogiva postíça, que leva o projectil durante o seu movimento no ar e que se rompe ao chocar na agua, ficando então uma ogiva de

forma especial e adaptada á penetração no novo *meio*, no qual deverá continuar o projectil o seu movimento até ao momento da explosão.

Inglaterra

Os navios avariados na batalha de Jutlandia, foram reparados com uma excepcional rapidez.

Graças ás informações precisas sobre as avarias, os trabalhos de preparação do material começaram antes mesmo dos navios chegarem aos arsenais onde deviam ser reparados. O maçarico de oxi-acetilene prestou excelentes serviços, quer para cortar chapas, quer para fazer soldaduras.

Japão

O programa de 1917, apresentado pelo governo, compreende as seguintes construções, em 7 anos :

Couraçados.....	3 sendo 1 em 1917
Cruzadores-couraçados.....	2
» ligeiros.....	11 » 2 » »
Contra-torpedeiros.....	32 » 1 » »
Submarinos.....	16 » 3 » »

Os novos couraçados terão a mesma velocidade que o *Queen Elisabeth* (25'), mas uma superioridade de 10% na artilharia; supõe-se que esta seja obtida com o aumento de calibre, de 15' a 16'.

Os novos cruzadores-couraçados serão inferiores em velocidade aos americanos, mas superiores em artilharia.



BIBLIOGRAFIA

I—LIVROS

França

- 1 BONNAL (général). *Les conditions de la guerre moderne*. In-16, 290 p. E. de Boccard, éditeur, 4, rue Le Goff (v^e) 1916. Paris. Fr. 3,50
- 2 *Condition civile et politique des militaires*. Volume mis à jour au 25 juillet 1916. In-8, 280 p. libr. Henri-Charles-Lavauzelle. 124, boulevard Saint Germain. Paris. 1916. Fr. 2,25
- 3 LABRY (R.) — *Avec l'armée serbe en retraite à travers l'Albanie et le Monténégro ; Journal de route d'un officier d'administration de la mission médicale militaire française en Serbie*. 1916. In-8, xxv-213 p. libr.-édit., Perrin et C.^{ie} 35, rue des Grands-Augustins. Paris.
- 4 LAFFARGUE (capitaine A.) capitaine au 153^e régiment d'infanterie. Conseils aux fantassins pour la bataille. In-16, 48 p. avec croquis. 1916. Impr. et libr. Plon-Nourrit et C.^{ie} Paris (12 août). Cent. 30
- 5 LAFFARGUE (capitaine A.) capitaine au 153^e régiment d'infanterie. — *Etude sur l'attaque dans la période actuelle de la guerre*. Impressions et Réflexions d'un commandant de compagnie. (Pages communiquées aux armées par le commandant en chef). 1916 (12 août). In 8, 59 p. et planches. Impr. et libr. Plon-Nourrit et C.^{ie} Paris. Fr. 3,50
- 6 LAVEDAN (H.) de l'Académie — *Dialogues de guerre*. 1916 (12 août). In-16, 286 p. impr. Michels fils : Paris Fr. 3,50
- 7 *Cartes Larousse. Atlas de la guerre*. N.^o 7. Six planches xcvi : Seille et Meurthe. — xcvi : Arménie turque. — xcix : Kont-el-Amara, Arabie. — c : Mexique. — ci : Etats-Unis. — cii : Allemagne industrielle. Carte en couleurs). Impr. Larousse, 13 et 17, rue Montparnasse. Paris. Cent. 75
- 8 *Offensive (l') des Russes. Juin 1916*. Carte (n.^o 33), l'échelle de 1 : 1000000 impr. édit. Berger-Levrault. Nancy.
- 9 BATCAVE (L.) — *La Bataille d'Orthez. 27 février 1814*. Impr. Lescher-Moutoué, 11, rue de la Préfecture Pau. In-8, 80 p. avec carte.
- 10 GUERRE (la). *Deuxième série : la Guerre et la Vie économique*. Conférences, par Daniel Zolla, Pierre Etienne Flandin, Paul de Rousiers, Joseph Chailley, Robert Pinot, André Liesse. (La Production agricole et la Guerre. L'Aviation et la Guerre. La Marine marchande et la Guerre. Les Colonies, le Maroc et la Guerre. Les Industries métallurgiques et la Guerre. Les Finances et la Guerre) conférences organisées par la Société des anciens élèves et élèves de l'Ecole libre des sciences politiques 1916. In-16, 315 p. libr. Félix Alcan. 108, boulevard Saint-Germain. Paris. Fr. 3,50

Bibliothèque d'histoire contemporaine.

- 11 JEAN BERNARD — *Histoire générale et anecdotique de la guerre de 1914* ; Fascicule 10. Sommaire : la Ruée vers Paris. Au château de Compiègne. Le Pillage de Crépy-en-Valors. Héroïque attitude d'un prêtre senlisien. Le Maire de Senlis fusillé. Senlis, Louvain français. Les Allemands à Chantilly. Le Juge de paix de Creil et le Général allemand. Le Général Galliéni et la Défense de Paris. Le Gouvernement à Bordeaux. Illustrations. In-8, à 2 col., p. impr. et libr. Berger-Levrault. Paris. Cent. 75
- 12 *Pratique (1a) de la chirurgie de guerre aux armées. Conférences faites au centre hospitalier de...*, publiées par E. Foisy, médecin-chef d'une ambulance ancien interne en chirurgie des hôpitaux de Paris. Préface de M. le médecin inspecteur général Nimier. Fascicule 2 : *Lésions des os par projectiles de guerre*, par E. Foisy. *Les Plaies de poitrine*, par E. Foisy. *Les Plaies pénétrantes de l'abdomen*, par F. Moiroud. *Plaies des organes genito-urinaires*, par G. Séguinot. 1916. In-8, p. 105 à 206, avec fig. Vigot frères, édit., 23, rue de l'École de Médecine. Paris. Fr. 2,50
- 13 BERLIAT (L.) docteur en médecine, ancien externe des hôpitaux de Lyon — *Considérations sur quelques blessures de guerre du penis, observées dans les hôpitaux lyonnais* (thèse) 1916. In-8, 36 p. impr. édit. A. Rey, 4, rue Gentil. Lyon. Faculté de médecine et de pharmacie de Lyon. Année scolaire 1915-1916. N.º 57.
- 14 BILLOT, docteur en médecine, élève de l'École du service de santé militaire, médecin aide-major au 36^e régiment d'infanterie. — *Premier Pansement et Evacuation des blessés au combat*. (Campagne 1914-1915-1916) thèse ; 1916. In-8, 68 p. avec croquis, impr. édit. A. Rey. 4 rue Gentil. Lyon. Faculté de médecine et de pharmacie de Lyon. Année scolaire 1915-1916. N.º 61.
- 15 BLIC (capitaine de). commandant la cavalerie d'une division. — *Nous les aurons. Mais après ?* Conférence donnée dans un cantonnement du front, le 9 juillet 1916. In-8, 43 p. 10, rue Vivienne. Paris. Vendu au profit de l'Alliance nationale pour l'accroissement de la population. Cent. 25
Aux poilus pour le lendemain de la victoire.
- 16 BRISSAC (E.) docteur en médecine, élève de l'École du service de santé militaire, médecin aide-major à l'ambulance 1816 — *Le Problème des mutilés de la guerre*. (Utilisation sociale. Rééducation). Les Ecoles professionnelles des blessés de Lyon (thèse) ; 1916. In-8, 59 p. impr. édit. A. Rey, 4, rue Gentil. Lyon.
- 17 *Bulletin (dixième) de guerre du personnel de l'usine Gillet et fils*. 1916. In-8, 143 p. impr. A. Geneste, 71, rue Molière. Villeurbanne. Lyon.
- 18 *Circulaire du 18 juin 1916*, relative aux congés de convalescence et permissions. In-12, 24 p. Impr. et libr. Berger-Levrault. 1916. Cent. 50
Ministère de la guerre.
- 19 *Recrutement de l'armée*. Commissions spéciales de réforme. Volume

- mis à jour à la date du 31 juillet 1916. In 8, 60 p. Henri-Charles-Lavauzelle. 124, boulevard Saint-Germain. Paris. 1916. Cent. 50
- 20 RIMBAULT (capitaine) — *Journal de campagne d'un officier de ligne. Sarrebourg. La Mortagne. Forêt d'Aprémont* (août 1914, février 1915). Préface de Maurice Barrès, de l'Académie française. Avec 8 illustrations et 3 cartes. 1916. In-16, 272 p. impr. Berger-Levrault. Paris. Fr. 3,50

La Guerre. Les Récits des témoins.

- 21 *Pratique (la) de la chirurgie de guerre aux armées*. Conférences faites au centre hospitalier de... , publiées par E. Foisy, médecin-chef de l'ambulance... ancien interne en chirurgie des hôpitaux de Paris, avec la collaboration de MM. F. Bourgeois, A. Buquet, G. Dehelly, A. Ducourneau, N. Fiessinger, M. Landolt, R. Miégeville, P. Moiroud, H. Roger, G. Seguinot, H. Vignes, médecins-majors et aides-majors aux armées. Préface de M. le médecin inspecteur général Mimier. Fascicule 1.^{er} Evolution anatomique et bactériologique des plaies de guerre, par M. Fiessinger. In-8, 109 p. avec fig. Vigot frères, éditeurs 29, rue de l'Ecole de Médecine. Paris. 1916. Fr. 2,50
- 22 Du Suau de la Croix (docteur P.) — *Contribution à l'étude de l'hygiène sur le front des armées françaises*. 1914-1915-1916. (thèse). In-8, 96 p. impr. et libr. Ch. Dirion. 22, rue de Metz, et 33, rue des Marchands. Toulouse. 1916.

Inglaterra

- 1 PALMER (L. S.) *Guide to Pioneering*, with Instruments. 32mo, pp. 132. Gale & Polden net 1/6
- 2 PYKE (Geoffrey) *To Ruhleben — and Back*. Cr. 8vo, pp. 246. Constable net 1/
- 3 *Royal Navy List (The)* ; or, Who's Who in the Navy, 1917. War Supplement. Pp. 354. Witherby & Co. 10/
- 4 SIME (J. G.) *Canada Chaps*. Cr. 8vo, pp. 271. J. Lane. net 1/
- 5 STEVENSON (Capt. G. de St. G.) *A Century of War, 1915-1914*. Cr. 8vo, pp. 141. Hugh Rees net 2/6
- 6 *T. P.'s Journal of Great Deeds of the Great War*. Edited by T. P. O'Connor, M.P. Vol. 4. Folio, pp. 328. T.P.'s Publishing Co. net 4/6
- 7 *War Budget (The) Illustrated*. Folio, pp. 452. «Daily Chronicle» net 5/
- 8 WICKER (Fred. R. H.) *The Making of the Flag*. 18mo, swd. R. Scott net 1/
- 9 BARBER (H.) *The Aeroplane Speaks*. Royal 8vo, pp. 174. McBride Nast & Co. net 5/6
- 10 *Boy Scouts Year Book (The)* Edited by Walter P. McGuire and Franklin K. Mathews. 4to. Appleton. net 5/
- 11 CORNISH (Vaughan) *Naval and Military Geography of the British Empire*. 8vo, pp. 146. Hugh Rees. net 3/6
- 12 *Friends of France. The Field Service of the American Ambulance*, described by its Members. 8vo, pp. 316. Smith, Elder net 7/6
- 13 GREAT WAR (The) *The Standard History of the All Europe Conflict*,

- Vol. 7. Edited by H. W. Wilson and J. A. Hammerton. Folio, pp. 560.
The Amalgamated Press net 14/
 14 *Jane's Fighting Ships*, 1916. Cr. 8vo, pp. 612. *Sampson Low* 21/
 15 LONGSTAFF (Major E. V.) and Atteridge (A. Hilliard) (*The Book of the
 Machine Gun*. 8vo, pp. 435. *Hugh Rees* net 8/6
 16 MACDONALD (M.) *Under the French Flag. A Britisher in the French
 Army*. Cr. 8vo, pp. 207. *R. Scott* net 3/6
 17 MACKINTOSH (E. A.), M.C. *A Highland Regiment*. Cr. 8vo, pp. 96. *J.
 Lane* net 3/6
 18 *Minor Operations. «Taffrail»*. Cr. 8vo, pp. 120. *Pearson* net 1/
 19 NOBLE (Edward) *Outposts of the Fleet*. Cr. 8vo, pp. 181. *Heinemann*
 net 1/

II — PERIODICOS

Portugal

- 1 *Anais do Club Militar Naval*, n.º 12 de dezembro de 1916. O planimetro em crescente. Guerra contra os holandeses no Brasil. A Escola Naval e a pedagogia. A educação dos oficiais de marinha. Os acontecimentos da actual conflagração.
- 2 *Boletim de Administração militar*, n.º 1 de janeiro de 1917. Finanças de guerra — IV — No conflito balcanico. O reabastecimento dos exercitos atravez dos tempos. Os 1.ºs sargentos e a contabilidade em campanha. Serviços administrativos do exercito inglês. Material do serviço de subsistencias em campanha. Tenente João dos Reis Severo. Sinopse de legislação. Movimento do pessoal de administração militar. Instruções de campanha.
- 3 *O Instituto*, n.º 1 de janeiro de 1917. Boletim do Instituto. Conferencias do Instituto de Coimbra. O Colegio de S. Bento de Coimbra. Historia da instituição da Santa Ordem de Cavalaria e das ordens militares em Portugal. Memorias archeologico-historicas do distrito de Bragança. Reinos neo-góticos da península hispánica. O Fausto de Goethe.
- 4 *O Oriente português*, n.ºs 11 e 12 de novembro e dezembro de 1916. Compendio universal. Mais lapides no convento do Carmo em Goa. O convento de Santo Agostinho de Damão. O hospicio e a capela no Calobo em Bombaim. *Varia variorum*.
- 5 *Revista de historia*, n.º 20 de outubro-dezembro de 1916. Primeiro periodo da vida de Antonio Vieira — O religioso — 1608-1640. A embaixada de João Gomes da Silva ao rei Carlos da França e a matança de S. Bartolomeu. A inquisição em Mazagão em 1607 e 1609. A Historia e os historiadores no seculo XIX. O seculo de Damião de Goes. Notabilidades antigas e modernas da Ville de Anciens. Factos e notas.
- 6 *Revista dos sargentos portugueses*, n.ºs 25 e 26 de 15 e 31 de janeiro de 1917. Um ano depois. Pequenas coisas. Os oficiais inferiores da armada. A defesa colonial e o quadro dos graduados. Respondendo... As batalhas na campanha actual. Correm por aí... Ao sair do banho.

Os serviços sanitarios dos exercitos franco ingleses na actual conflagração europea. Ataque dum submarino á cidade do Funchal. A guerra de sapas e de minas. A verdade dos factos. Divagando... Os quadros auxiliares. Pequenas coisas. A promoção do terço. Os serviços sanitarios dos exercitos franco-ingleses na actual conflagração europea. Os oficiais inferiores da armada. Os mais necessitados. Notas parlamentares.

Argentina

- 1 *Revista militar*, n.º 287 de dezembro de 1916. Principios para el comando de tropas. Contribución al estudio de la guerra del Paraguay. El servicio obligatorio. Noticias oficiales.

Chile

- 1 *Revista de marina*, n.º 356 de dezembro de 1916. Observaciones de astros en las proximidades del primer vertical. Corrosion de calderas i condensadores. Administracion i manejo de una maestranza. Ascensos con eliminacion. Aeronautica. Destilacion del carbon. Ingenieros navales. Cartas al Directorio.

Cuba

- 1 *Boletin del ejercito*, n.º 10 de dezembro de 1916. Fabrica de revolvers, pistolas y ametralladoras Colt. Conferencia pronunciada por el brigadier Morrizon, del ejercito americano, y exposicion de un problema practico en el mapa acerca de patrullas. Los oficiales cubanos en la Escuela de Fort Riley, E. U. Los Estados mayores de algunos poderes beligerantes. La nueva ley de promociones del ejercito argentino. Ejercito en campaña. Administracion militar.

Espanha

- 1 *La guerra y su preparacion*, n.º 7 de novembro de 1916. El espionage. Los servicios de Intendencia en el ejercito inglés. El ejercito austro-hungaro en campaña. Reglamento para las maniobras del ejercito japonés. La campaña colonial de los aliados. Organización de los servicios logísticos en el ejercito italiano.
- 2 *Memorial de artilleria*, n.º 1 de janeiro de 1917. Relaciones entre el jefe y los capitanes en el tiro de grupo. Las fortificaciones de Rumania. Observación aerea : Aviacion. Sustentación y equilibrio de un aeroplano.
- 3 *Memorial de caballeria*, n.º de janeiro de 1917. Carta abierta. España y America. La instruccion de tiro en nuestra caballeria durante el año de 1915. Los ejercitos aereos modernos. Yeguada y recria de potros en Aragón. Sobre el pacifismo. Esbozo para uu estudio de la raza caballar de la región gallega y reproductores más apropiados para su regeneración y mejora. Héroes de la Caballeria española.
- 4 *Memorial de infanteria*, n.º 60 de janeiro de 1917. Por los huerfanos del Arma. La disciplina. Conferencia sobre «Metodos de instruccion y enseñanza prodigados en la Escuela de Tiro (sección de Infantaria).

Los Dardanelos. Campañas marroquies: La columna francesa dal Alto Guir en setiembre. La fortificación y la guerra de minas en la actual campaña. La «manta chifoba» y el capote del soldado.

Italia

- 1 *Rivista di artiglieria e genio*, n.º de outubro a dezembro de 1916. Il genio militare alle difese di Venezia e di Osoppo nel 1848-43. Calcolo rapido delle travi di legno nei ponti di circostanza. Gli odierni teatri di guerra balcanici e la campagna di Giulio Cesare nell'anne 48 a. Cristo. Nuovi tipi di cavallerizze caperta. Miscellanea.

Mexico

- 1 *Revista de l'Ejercito y marina*, n.º 13 e 14 de novembro e dezembro de 1916. Academia de Estado Mayor. Continuación y fin de los Apuntes relativos a la Organización y Combate de la Infanteria. Deberes militares. Academia de jurisprudencia militar. Acuerdos y Disposiciones: Las dependencias de los Ferro-carriles Constitucionalistas no deben atender ninguna orden sin el previo acuerdo de la Secretaria de Guerra, comunicado por conducto de la Dirección. Tanque de lona para abrenar caballos. El Caciquismo: El origen de una curiosa costumbre. El primer disparo en algunas guerras. Nuestra salutación en 1917. In Memoriam! Para qué hacemos estudiar Topografía, si no somos Ingenieros y a la hora de los balazos todo eso sala sobrando? Academia de Jurisprudencia Militar. Reconocimientos. Acuerdos y disposiciones: Los militares asimilados perciben los mismos haberes que el ejercito, desde el 1.º de diciembre. Las señoritas no son asimiladas. El transporte de guerra nacional «Progreso». Los submarinos pueden ser los mejores guardianes del Honor Nacional. Gobiernos Centro-Americanos. Las invenciones y la Guerra. Vindicando al submarino. La vida aparente de los muertos en batalla.

Noruega

- 1 *Norsk militært tidsskrift*, n.º 1 de janeiro de 1917. Faedrelandet i verdenskrigens lys. Hjemmesoldaten. Baneskytning — praktisk skytning — Baneskytning — praktisk skytning. Krigen XIX. Kappelyst.

Peru

- 1 *Boletín del Ministerio de guerra y marina*, n.º 9 de setembro de 1916. Conferencias dadas en la Academia de Estado Mayor (4 y 5 de Sanidad Militar), Conferencias dadas en la Escuela Militar (Historia militar), Servicio veterinario. Ejercicios de servicio en campaña aplicado a la artilleria de montaña. Notas de la guerra europea. Combate de Jutlandia o de Skagerrak.

Suissa

- 1 *Revue militaire suisse*, n.º 12 de dezembro de 1916 e n.º 1 de janeiro de 1917. A nos lecteurs. La part de la Suisse romande dans l'histoire militaire de la Suisse. Mésopotamie et Dardanelles. Ce que lé France

a fait pour les alliés. Quelques mots sur notre service actif. — La part de la Suisse romande dans l'histoire militaire de la Suisse. Les blessures de guerre. Les effets meurtriers des projectiles.

Uruguay

- 1 *Revista del Centro militar y naval*, n.ºs 150 e 151 de outubro e novembro de 1916. Derecho de los militares a formar parte del Parlamento. Proyecto de oficina dactiloscópica militar. El derecho de castigar. El carácter. Una visita al General Galazzo. Educación intelectual y moral del jefe de sección. Creación de la Escuela de oficiales. Instrucción individual del artillero. Ministerio de Guerra y Marina. Traslación de los restos del aviador Petirossi a su patria. El contraalmirante Frontin visita nuestro centro. Máximas y pensamientos de hombres notables. Prueba de los aparatos 70 K. P. y 80 K. P. en lo aeródromo de Villa Lugano. En honor de los oficiales y marinos. Comunicaciones entre el Poder Ejecutivo y la Alta Corte de Justicia, con motivo de la libertad condicional de penados militares. Sobre la desertión. Conferencia del mayor Samanlego. La Mutua Militar. Sobre castigos disciplinarios. El carácter. Leyes de la Guerra. Recortes de la prensa. El fuego de la caballería y la caballería bajo el fuego. Educación intelectual y moral del jefe de sección. La sección y el jefe de sección.

